Vila Universitária



VIDA
VIVÊNCIA
VITALIDADE

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS – PRESIDENTE PRUDENTE

BÁRBARA SIQUEIRA

TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO III
Vila Universitária

PRESIDENTE PRUDENTE
2014

Trabalho Final de Graduação II, apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Ciências e Tecnologias de Presidente Prudente – UNESP
Orientação: Prof. Dr. Hélio Hirao
Co-orientação: Fernando S. Okimoto

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo da minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer. A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, pejado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes. Agradeço a todos os professores, e principalmente meus orientadores, por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo da formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender. A palavra mestre, nunca fará justiça aos professores dedicados aos quais sem nominar terão os meus eternos agradecimentos. Aos meus pais, Daniel e Maria Lucia pelo amor, incentivo e apoio incondicional. Ao meu irmão Daniel Junior que mesmo pequeno sempre me apoiou intensamente. A minha prima Mariana que veio de longe mas que não poupou esforços para a conclusão desse projeto. E ao meu namorado Guilherme, que participou desde o início de tudo, me apoiando em todos os obstáculos já enfrentados. A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

DEDICATÓRIA

A Deus, que nos criou e foi criativo nesta tarefa. Seu fôlego de vida em mim me foi sustento e me deu coragem para questionar realidades e propor sempre um novo mundo de possibilidades.

“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível. ”
Charles Chaplin

RESUMO

A permanência estudantil é um assunto amplamente discutido em todo Brasil. Universitários de todo o país necessitam de assistência. A evasão nas universidades ainda é grande. Dados do IBGE, mostram que a maioria dos estudantes carentes advindos de escolas públicas, tem cursado o ensino superior em universidades privadas, através de programas que facilitam seu ingresso, mas ainda assim, tem sua permanência dificultada. A variável "local de moradia", antes do acesso à universidade, é a condicionante mais importante na vida acadêmica, visto que muitos se deslocam de seu contexto familiar ao ingressar na universidade. A cidade de Mogi das Cruzes, apresenta fortemente a problemática em questão, principalmente no quesito moradia estudantil, onde apesar de um alto estoque habitacional como no resto do país, estes não são disponibilizados aos estudantes de forma geral e muito menos aos carentes, pois não conta com a presença de moradias específicas, e quando sim, estas são muito distantes e/ou apresentam condições precárias, além de um alto custo, fragilizando totalmente a permanência desses estudantes na cidade. Sendo assim, é baseado na assistência estudantil deste alunado e principalmente nos programas de ação afirmativa que os incluem na vida acadêmica, mas não garantem sua permanência, que o presente trabalho visa propor uma nova proposta de moradia estudantil, que através de programas, espaços e ações, integrados a serviços compatíveis com a vida acadêmica, consiga prover uma sustentação financeira desses estudantes carentes em relação aos custos de suas permanências na universidade, além de, também beneficiar a universidade, visto que a mesma não investirá no projeto sem um retorno garantido.

Palavras Chave: Assistência Estudantil; Vida Estudantil; Programas de Permanência; Moradia Estudantil; Qualidade de Vida; Desempenho Estudantil.

ABSTRACT

The student residence is a subject widely discussed throughout Brazil. Academics across the country needing assistance. The evasion in universities is still large. IBGE data show that the most needy students coming from public schools, have attended higher education in private universities through programs that facilitate their entry, but still, has made difficult their permanence. The "place of living" variable, before access to the university, is the most important determinant in academic life, as many move from their family background to enter university. The city of Mogi das Cruzes, strongly presents the problem in question, mainly concerning student housing, where despite a high housing stock and the rest of the country, these are not available to students in general, much less needy because not with the presence of specific houses, and when yes, these are very distant and / or have poor conditions, and a high cost, fully weakening these students to remain in the city. So, is based on this student body and student assistance mainly in affirmative action that include programs in academic life, but do not guarantee its permanence, the present work aims to propose a new proposed student accommodation, which through programs, spaces and actions, consistent with the integrated academic life services, can provide a financial support of these needy students in relation to the costs of their stays at the university, and also benefit the university, since it does not invest in the project without a guaranteed return.

Keywords: Student Assistance; Student Life; Staying programs; Student Housing; Quality of Life; Student performance.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I – A Cidade, As Universidades A Assistência e as Moradias Estudantis **11**

1.1 Mogi das Cruzes **12**
1.2 As Universidades **14**
1.2.1 O Ensino Superior no Brasil **14**
1.2.2 A Assistência Estudantil **17**
1.2.3 A Evasão e a Permanência Estudantil **19**
1.2.4 A Vida Acadêmica **20**
1.3 Moradias Estudantis **21**

CAPÍTULO II – A Vitalidade, a Preservação da Privacidade e o Estímulo ao Contato Social na Arquitetura **23**

2.1 A Vitalidade na Arquitetura e nas Cidades **24**
2.2 Relação Público e Privado e a Interação Social 25
2.2.1 A Preservação da Privacidade **26**
2.2.2 A Urgência do Comunitário **27**
2.2.3 O Individual, o Coletivo e o Comunitário **28**
2.2.4 Os Espaços de Transição como Lugares de Interação **29**

CAPÍTULO III – Referências Projetuais **30**

3.1 Matrizes de Análise **31**
3.1.1 A Vitalidade **34**
3.1.2 A Multifuncionalidade **47**
3.1.3 A Privacidade **45**
3.1.4 O Comunitário **49**
2.1.5 Os Espaços de Transição **54**
3.2 Considerações Finais **56**

CAPÍTULO IV – O Contexto **57**

4.1 Escolha do Terreno **58**
4.2 Análises Morfológicas **59**
4.2.2 Área de Estudo **60**
4.2.3 O Terreno **63**

CAPÍTULO V – O Projeto **66**



INTRODUÇÃO

A busca por uma formação superior está em franca expansão, principalmente agora, onde processos mais democráticos para o ingresso dos estudantes surgem no contexto nacional. Lei de cotas, ampliação dos cursos e vagas nas universidades federais e estaduais, e programas de bolsas em universidades privadas como o Prouni contribuíram para esse novo cenário. Ao mesmo tempo em que o acesso às universidades vem se expandindo, surge a necessidade de maiores investimentos em políticas que garantam a permanência do estudante nas instituições.

Esse foi o tema de destaque do Seminário de Assistência Estudantil do 61º Conselho Nacional de Entidades Gerais da União Nacional dos Estudantes (CONEG), em São Paulo, no dia 8 de março de 2013. Para muitos dos especialistas presentes, o investimento no estudante é altamente relevante para qualificar o mercado de trabalho e permitir que populações antes sem acesso à universidade, possam fazer o seu curso com qualidade. Sem condições de moradia, alimentação, atividades esportivas e promoção da saúde, um estudante não fica na universidade, ou seja, não adianta garantir o acesso sem garantir a permanência desses estudantes.

Uma problemática amplamente discutida no encontro e que originou o foco desta pesquisa é a assistência estudantil em universidades particulares, estas que detém o maior número de matrículas do Brasil. Segundo os dados de pesquisa do IBGE (2012) e do Pnad , a maioria faz ensino básico em escolas públicas e faculdades na rede particular. Os números apresentados pela pesquisa, demostram que crianças e adolescentes do Brasil estudam em sua grande maioria em escolas públicas (municipais, estaduais ou federais) durante a pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, ou seja, são mais de 40,4 milhões de crianças e jovens na rede pública, o que corresponde a 85,7% do total, contra 14,3% inseridos na rede particular. Entretanto no ensino superior, a situação se inverte: a maioria (73,2%) está na rede particular de ensino, contra 26,8% em universidades públicas. Sendo assim, podemos depreender que a maioria dos estudantes carentes advindos de escolas públicas, tem cursado o ensino superior em universidades privadas, através de programas que facilitam seu ingresso, mas ainda assim, tem sua permanência dificultada. Em 2012, a evasão do ensino superior nas Universidades Particulares foi de 15,6% contra os 13,2% das Universidades Públicas. E é exatamente sobre essa parcela da população que este projeto vem discutir.

Tais estudantes, ingressam nas faculdades particulares, através de programas de ação afirmativa[3] no ensino superior, sendo o principal deles o Prouni – Programa Universidade para Todos: implementado pelo Ministério da Educação (MEC) desde 2005, programa este que, em troca de isenções fiscais para as instituições privadas que a ele aderem, concedem bolsas parciais e integrais a estudantes que cumpram condicionalidades. Segundo o MEC, 863.926 é o nº de bolsistas totais atendidos pelo Programa e matriculados em instituições privadas (com e sem fins lucrativos), sendo 464.576 deles bolsistas ativos e 174.398 os já formados. Entretanto, desde o início da implantação destes programas de inclusão, apresentou-se concomitantemente um problema grave: boa parte do novo alunado não poderia ao mesmo tempo estudar e trabalhar e não dispunha de recursos para pagar a alimentação, a moradia, o material didático, o transporte e outros itens fundamentais à vida estudantil, o que acabaria por levar-lhes a

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Pnad – Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios. É uma tipologia de pesquisa feita pelo IBGE, que Obtém informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação, trabalho e rendimento, e características dos domicílios, e, com periodicidade variável, informações sobre migração, fecundidade, nupcialidade, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios.

abandonar os estudos (e de fato, isto já está ocorrendo em vários pontos do país). O ex-diretor da UNE (União Nacional dos Estudantes), Ronaldo Pinto Júnior, durante o 61º Conselho Nacional de Entidades Gerais da UNE, que ocorreu em março de 2013, afirmou que:

> Muitos estudantes de universidades privadas nem sequer sabem que têm direito à assistência. Bolsistas por exemplo, acabam por desistir dos cursos devido ao alto custo de moradia, transporte, alimentação e materiais didáticos. (PINTO JUNIOR, 2013, p.1)

Este, então, é um dos piores desafios enfrentados por e ses estudantes, que na ausência de condições financeiras favoráveis, não permanecem na universidade.

> A variável "local de moradia" antes do ingresso do estudante na universidade é importante indicador de qualidade das condições de vida: dados mostram que 35% dos estudantes se deslocam de seu contexto familiar ao ingressarem na universidade, apresentando, portanto, necessidade de moradia e de apoio efetivo
> (ANDRES 2011, p.4).

É dentro deste contexto que esse trabalho visa atender adequadamente, essa camada da população, que como já fora dito, é carente de recursos que garantam sua permanência na vida estudantil.

Uma cidade que apresenta tal problemática, é Mogi das Cruzes, que conta com duas grandes universidades privadas (UMC - Universidade de Mogi das Cruzes e UBC – Universidade Braz Cubas), duas faculdades também privadas (Clube Náutico Mogiano e Instituto de Filosofia e Teologia Paulo VI), além de um campus da FATEC (Faculdade de Tecnologia de Mogi das Cruzes). Somente as duas grandes universidades abrangem cerca de 40 mil alunos, estes que, em sua grande maioria (cerca de 65%), não são mogianos, segundo dados obtidos (em 2013) através das secretarias de ambas as universidades. Assim, por ser uma cidade universitária, Mogi recebe alunos do Brasil inteiro. Conforme dados obtidos no MEC, são mais de 400 vagas oferecidas por semestre de bolsas Prouni dentro dessas grandes universidades, e estes números crescem a cada ano, trazendo um contingente enorme de universitários para Mogi das Cruzes.

Parte desse alunado, são bolsistas que provém de cidades vizinhas (Suzano, Itaquaquecetuba, Poá, Ferraz de Vasconcelos, Ribeirão Pires, Calmon Viana, Arujá, Guararema) – cidades estas, que apresentam índice de desenvolvimento humano muito inferior à Mogi –, mas trabalham e estudam na cidade em busca de melhores oportunidades. Uma outra grande parcela destes discentes, são oriundos de diversas cidades do país, e optam pelo município em questão, devido à proximidade com São Paulo, desta forma, seguem em busca de uma oportunidade de estudo com a esperança de melhoria de vida. Tais estudantes, garantem seu ingresso nas universidades através das condicionalidades impostas pelos programas de bolsa, mas tem sua vida estudantil altamente fragilizada.

Principalmente no quesito moradia estudantil, a cidade de Mogi das Cruzes apresenta um déficit muito grande (apesar de um alto estoque habitacional como no resto do país, estes não são disponibilizados aos estudantes de forma geral e muito menos aos carentes), pois não conta com a presença de moradias específicas, e quando sim, estas são muito distantes e/ou apresentam condições precárias, além de um alto custo, fragilizando totalmente a permanência desses estudantes carentes na cidade, e

[3]Programas de Ação Afirmativa, se refere a um conjunto de políticas públicas e legislações que visam a melhoria das oportunidades educacionais e de trabalho para os chamados grupos minoritários da sociedade, este é um termo utilizado no meio da gestão acadêmica

além disso o custo de vida de um mogiano é elevado, complicando ainda mais a situação. Até mesmo para os que advém de cidades vizinhas e poderiam voltar para suas respectivas casas, enfrentam péssimas condições de transporte, tendo que ir e vir em horários não propícios, afetando bruscamente o desempenho estudantil. Sem contar, que como já fora dito, muito desses estudantes além de estudar, trabalham na cidade, inviabilizando ainda mais sua volta.

Com isso, depreendemos que Mogi das Cruzes, precisa de um projeto que pense nesses estudantes e na universidade e possa servir de modelo para outras cidades e Instituições de Ensino Superior que se encontram na mesma situação. Para isso, é necessário que o mesmo, crie uma relação mutualmente vantajosa, na qual, ambos os envolvidos, de caráter opostos – visto que a universidade privada visa principalmente o viés financeiro, enquanto os estudantes, melhores oportunidades e garantia de recursos para à sua vida estudantil – sejam beneficiados por esta associação.

Trata-se então da relação entre elementos opostos, conflitantes, e que necessitam um do outro para existirem. "Não se trata de uma relação de parasitismo, mas sim de benefício mútuo e equilíbrio" (SILVA, 2001, p.2), ou seja, uma arquitetura simbiótica, tal como desenvolve o arquiteto Kisho Kurokawa, que tem por objetivo unir duas culturas diferentes por meio de um espaço comum, intermediário, de correlação entre as culturas. (SILVA, 2001)

Aplicando este conceito à questão da universidade privada e os estudantes, o projeto seria um elo entre os pilares financeiros e os pilares educacionais, onde de um lado temos, a parcela de estudantes que desfrutariam de um espaço que garantiria sua permanência e lhes proporcionaria qualidade de vida, com um consequente melhor desempenho estudantil. Do outro, a universidade que, através da força de Marketing Social – ação mercadológica institucional que tem como objetivo principal atenuar ou eliminar os problemas sociais e com isso gerar lucros indiretos –, aumentaria sua atratividade, visibilidade local e nacional, com consequente aumento dos lucros, visto que, os espaços pensados gerariam uma publicidade instantânea e gratuita. A multifuncionalidade do projeto é utilizada como ferramenta para a sustentação financeira (Economia Solidária) e os espaços de incentivo à cultura também garantiriam a universidade subsídios concedidos com base na Lei Rouanet – lei federal que possibilita incentivos fiscais para quem promove ações culturais. Além de tudo isso, com a melhoria nas qualificações da universidade, a mesma obteria melhor conceituação perante as avaliações do MEC[4] e do ENADE[5] , por exemplo.

Dessa forma, é necessário, que se proponha um novo modelo de moradia estudantil através de um programa, de ações e de espaços, que integrado a serviços compatíveis à vida estudantil, seja autogerido e promova sustentação financeira dos estudantes carentes em relação aos custos de suas permanências na universidade, além de, também beneficiar a universidade, visto que a mesma não investirá no projeto sem um retorno garantido.

[4]MEC – Ministério da Educação.
[5]ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

A Cidade, As Universidades A Assistência e as Moradias Estudantis



CAPÍTULO I

1.1 MOGI DAS CRUZES

Localização

Situada na Região Leste da Grande São Paulo (Figura 1), Mogi das Cruzes é o principal polo econômico e populacional da região do Alto Tietê, que conta com dez municípios. A cidade, com 387.779 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), é parte do mais importante corredor econômico do País, entre as regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Figura 1 – Localização de Mogi das Cruzes no Estado de São Paulo



Fonte - http://pt.wikipedia.org/wiki/Mogi_das_Cruzes

Histórico

O ano de 1560 é aceito por inúmeros pesquisadores como data provável em que Braz Cubas teria pisado pela primeira vez o solo mogiano e aí estabelecido pouso e, em 1561, teria fundado uma fazenda (espécie de acampamento), que mais tarde seria um arraial. Os estudiosos Ferreira (1935), e Silva (1937), afiançam a proximidade do ano de 1560 com a primeira bandeira a penetrar Mogi das Cruzes, data recorrente na maioria dos estudos existentes sobre sua fundação.

Assim como o restante do território brasileiro, Mogi das Cruzes também era habitada pelos indígenas, que foram, aos poucos, expulsos e dizimados. Em 1608 foi concedida a Gaspar Vaz uma sesmaria. Em 8 de abril de 1611 é realizada uma petição dos moradores para elevar o povoado a vila.

> E, em 1º de setembro de 1611, obteve-se a permissão para a elevação. A 1º de setembro, com todas as formalidades legais, inclusive levantamento de pelourinho, é instalada a Vila de Sant'Ana de Mogy-Mirim, depois Mogi das Cruzes. O ato é presidido pelo Capitão Gaspar Conqueiro, por determinação do Governador Dom Luís de Souza. (GRINBERG, 1961, p. 22).

Assim foi assinalada a história oficial da Vila de Sant'Ana de Mogy-Mirim (Figura 2), recebendo inúmeras denominações até constar somente como Mogi das Cruzes. Esta, desenvolveu-se como as demais vilas da Capitania de São Vicente e de outras regiões da colônia. Enquanto alguns de seus homens realizavam a busca de índios, outros faziam entradas pelo sertão em busca do ouro, contudo, mesmo diante dos fluxos e refluxos populacionais, foi possível um desenvolvimento demográfico mais regular e a fixação definitiva de núcleos importantes de população.

[6]Disponível em: <http://www.mogidascruzes.sp.gov.br/turismo/historia.php>

Figura 2 – Vila Sant'Ana de Mogy-Mirim



Fonte: Prefeitura de Mogi das Cruzes[6]

Os mogianos tomavam parte nos inúmeros eventos ocorridos na Capitania de São Vicente, participaram inclusive das decisões que culminariam na expulsão dos jesuítas do território brasileiro. No ano de 1663, segundo Silva (1937), ocorreu a demarcação das terras mogianas e foram assinaladas as linhas demarcatórias de fronteira entre as Vilas de São Paulo e de Mogi das Cruzes, feita com a instalação de cruzes ao longo da divisa, daí a origem do nome atual.

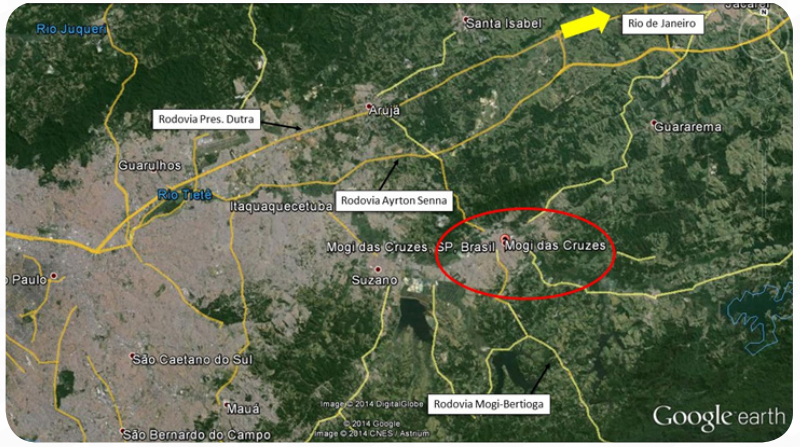
O município de Mogi das Cruzes sempre acolheu colônias de todos os cantos do mundo, com destaque especial para a colonização japonesa (aproximadamente 20% segundo a prefeitura, no ano de 2011), que já estão em sua terceira geração no município. Além disso, o município possui uma considerável população nordestina, sendo que a maioria veio para Capital e depois mudou-se para Mogi das Cruzes em busca de possibilidades de emprego.

Pode se dizer, conforme, Ferreira (1935), que Mogi das Cruzes, apesar de seu tamanho diminuto (referente a malha urbana), sempre foi agraciada com sua posição geográfica – caminho forçado para o Rio de Janeiro, próximo às praias, e a metrópole, São Paulo. Local estratégico até os dias de hoje, tornando-o, um grande polo atrativo economicamente.

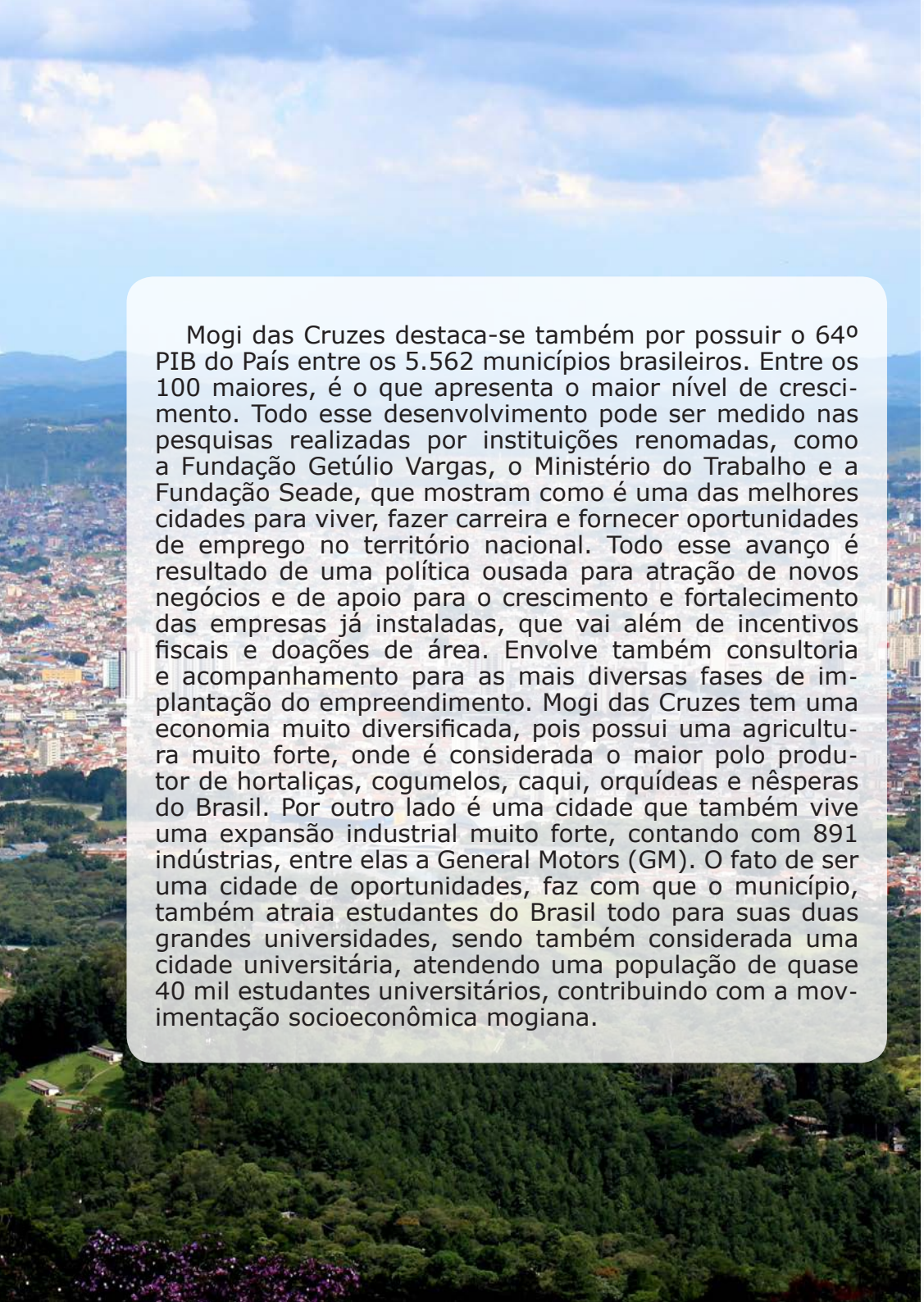
O Município

O município é servido por três das principais rodovias paulistas (Figura 3): Ayrton Senna (SP-70), Presidente Dutra (BR-116) e Rio-Santos (SP-55), por meio da Mogi-Bertioga (SP-98). Conta ainda com uma malha ferroviária de transporte de passageiros e cargas, que servem ao parque industrial do município. A cidade oferece ainda fácil acesso aos portos de Santos e São Sebastião e está próxima ao Aeroporto Internacional de Guarulhos. Localiza-se entre as serras do Itapeti (que faz parte do conjunto da Mantiqueira) e do Mar, cortado no sentido leste – oeste pelo rio Tietê que forma uma extensa várzea de terras férteis. Em questões urbanísticas, aproximadamente 65% do município é protegido ambientalmente, assim, a cidade é considerada compacta, e tem sua expansão controlada.

Figura 2 – Vila Sant'Ana de Mogy-Mirim



Fonte - Prefeitura de Mogi das Cruzes



Mogi das Cruzes destaca-se também por possuir o 64º PIB do País entre os 5.562 municípios brasileiros. Entre os 100 maiores, é o que apresenta o maior nível de crescimento. Todo esse desenvolvimento pode ser medido nas pesquisas realizadas por instituições renomadas, como a Fundação Getúlio Vargas, o Ministério do Trabalho e a Fundação Seade, que mostram como é uma das melhores cidades para viver, fazer carreira e fornecer oportunidades de emprego no território nacional. Todo esse avanço é resultado de uma política ousada para atração de novos negócios e de apoio para o crescimento e fortalecimento das empresas já instaladas, que vai além de incentivos fiscais e doações de área. Envolve também consultoria e acompanhamento para as mais diversas fases de implantação do empreendimento. Mogi das Cruzes tem uma economia muito diversificada, pois possui uma agricultura muito forte, onde é considerada o maior polo produtor de hortaliças, cogumelos, caqui, orquídeas e nêsperas do Brasil. Por outro lado é uma cidade que também vive uma expansão industrial muito forte, contando com 891 indústrias, entre elas a General Motors (GM). O fato de ser uma cidade de oportunidades, faz com que o município, também atraia estudantes do Brasil todo para suas duas grandes universidades, sendo também considerada uma cidade universitária, atendendo uma população de quase 40 mil estudantes universitários, contribuindo com a movimentação socioeconômica mogiana.

1.2 As Universidades

1.2.1 O Ensino Superior no Brasil

A Educação Superior no Brasil, surgiu de forma tardia, principalmente ao compararmos com o restante dos países das Américas espanholas e Inglesas, que tiveram o acesso, muito antes de nós brasileiros, já no período colonial. Portugal tinha somente dois grandes objetivos quando aportou em terras brasileiras: suas prioridades eram a fiscalização e a defesa, tudo voltado para uma questão meramente exploratória. E assim, durante 300 anos, as únicas iniciativas na área de educação vieram dos jesuítas, mais voltados para a catequese religiosa (VASCONCELOS, 2010). Os altos funcionários da Igreja e da Coroa, bem como os filhos dos grandes latifundiários, tinham que se deslocar até a Europa para obter formação universitária, e o destino era principalmente Coimbra.

Foi somente após 1808, com a vinda da família real, que surgiu o interesse de se criar escolas. Os cursos se voltaram apenas ao ensino prático – primordialmente em engenharia militar e medicina – e foram ministrados em faculdades isoladas.

Foi no século XIX, a partir da Proclamação da Independência, que houve um crescimento de escolas superiores no país, contudo, sempre no modelo de unidades desconexas e voltadas para a formação profissional. Até houve algumas tentativas de criar a primeira universidade no Brasil, exemplo disso é o projeto de 1843 que visava criar a Universidade de Pedro II; o de 1847 para a criação do Visconde de Goiânia; entre outras. Mas nenhuma saiu do papel.

A República chega ao Brasil, mas a Constituição de 1891 omite-se em relação ao compromisso do governo com a universidade. Em 1912, por forças locais, surge a primeira

universidade brasileira, no Estado do Paraná, que durou somente três anos.

Assim, em 1920, surge a Universidade do Rio de Janeiro, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, composta pela Escola Politécnica, Faculdade de Medicina e Faculdade de Direito.

Em decorrência da industrialização e da urbanização, surge pela primeira vez no Brasil, uma ação planejada visando à organização nacional da Educação (VASCONCELOS, 2010). Com a era Vargas, "os decretos de Francisco Campos imprimem uma nova orientação, voltada para maior autonomia didática e administrativa, interesse pela pesquisa, difusão da cultura, visando ainda o benefício da comunidade" (ARANHA, 1996, p. 201).

Foi durante a década de 1930 que a Educação passa a ser reconhecida como um direito público regulamentada pelo Estado. Entretanto, nas respectivas Constituições, tais direitos ainda não estavam assegurados integralmente. Entre as décadas de 1950 a 1970 criaram-se universidades federais em todo o Brasil, ao menos uma em cada estado, além de universidades estaduais, municipais e particulares. A descentralização do ensino superior foi a vertente seguida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em vigor a partir de 1961(Lei n. 4024).

Mas a explosão do ensino superior ocorreu somente nos anos de 1970, em plena ditadura Militar, onde, segundo Aranha (2010), o número de matrículas subiu de 300.000 (1970) para 1.5 milhão (1980). A concentração urbana e a exigência de melhor formação para a mão de obra industrial e de serviços forçaram o aumento do número de vagas e o Governo, impossibilitado de atender a essa demanda, permitiu que o Conselho Federal de Educação aprovasse milhares de cursos novos.

Figura 4 – Passeata dos Cem Mil, onde estudantes lutam contra o Regime Militar



Fonte - CANCIAN, R., 2007, p. 1[7]

Até o início dos anos 80 as universidades cresceram e se transformaram, assumiram o papel de instituições de pesquisa, ampliaram a pós-graduação, montaram laboratórios e bibliotecas, porém, não se libertaram das pesadas amarras burocráticas do Estado imposto pela Ditadura Militar. Durante esse período, os recursos públicos passaram a ser cada vez mais escassos e a expansão do ensino superior foi contida.

É nesta época inclusive, em meio a opressão do regime Ditatorial, que começam a surgir os Movimentos Estudantis (Figura 4), e a trajetória histórica da Assistência Estudantil no Brasil.

[7]Disponível em: < http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/movimento-estudantil-o-foco-da-resistencia-ao-regime-militar-no-brasil.htm>



E foi através destas lutas, e com o surgimento da nova Constituição Federal de 1988, que a educação passou a ser um direito público, que 'deve', ou pelo menos deveria ser, dirigido a todas as classes sociais e a todos os níveis de idade, sem qualquer tipo de discriminação, devendo o Estado proporcionar condições para que todos tenham acesso de modo igualitário a esse direito. Assim, se configurou o ensino superior no Brasil, que permanece até os dias de hoje, brigando por melhora, por igualdade, por maior assistência, a fim de garantir uma permanência nas universidades.

1.2.1 As Universidades em Mogi das Cruzes

A cidade de Mogi das Cruzes conta com duas grandes universidades privadas (UMC - Universidade de Mogi das Cruzes e UBC – Universidade Braz Cubas), duas faculdades também privadas (Clube Náutico Mogiano e Instituto de Filosofia e Teologia Paulo VI), além de um campus da FATEC (Faculdade de Tecnologia de Mogi das Cruzes). Somente as duas grandes universidades atendem cerca de 40 mil alunos, que na sua grande maioria (cerca de 65%), são de outras cidades, segundo dados obtidos (em 2013) através das secretarias de ambas as universidades. Assim, com esta característica universitária, Mogi recebe alunos do Brasil inteiro.

Tais universidades começaram a surgir no município na década de 1940. A Universidade Braz Cubas, foi a pioneira, fundada em 1940. Nesta época, abrigava em sua estrutura, apenas cursos preparatórios, e anos depois, teve a concessão da Faculdade de Direito de Braz Cubas. Contudo, foi somente em 1983, após acrescentar em sua grade uma variedade maior de cursos, que a mesma tornou-se uma universidade.

Já a Universidade de Mogi das Cruzes, embora tenha tido sua fundação, posterior, é considerada a mais tradicional, por ter sido a primeira a ter o título de universidade. O professor Manoel Bezzera de Melo, em 1962, criou, uma escola de ensino fundamental, que na época ainda se chamava "ginásio". Começou ali a Organização Mogiana de Educação e Cultura - OMEC. Em 1964, foram instaladas as primeiras faculdades do complexo educacional que, a partir de 1973, passou a ser a Universidade de Mogi das Cruzes (UMC), esta que também conta atualmente com um campus em São Paulo, a UMC campus Villa Lobos.

Hoje, a Universidade de Mogi das Cruzes (Figura 5) conta com dezenas de cursos. Atualmente, 60% do corpo docente da UMC é constituído de mestres e doutores, muitos dos quais atuam no desenvolvimento de projetos científ-

1.2.2 A Assistência Estudantil

icos. Todavia, apesar de sua imensa estrutura, pode ser notado a carência de espaços para a realização de uma série de outras importantes atividades acadêmicas, e para um melhor desempenho estudantil.

Figura 5 – Universidade de Mogi das Cruzes

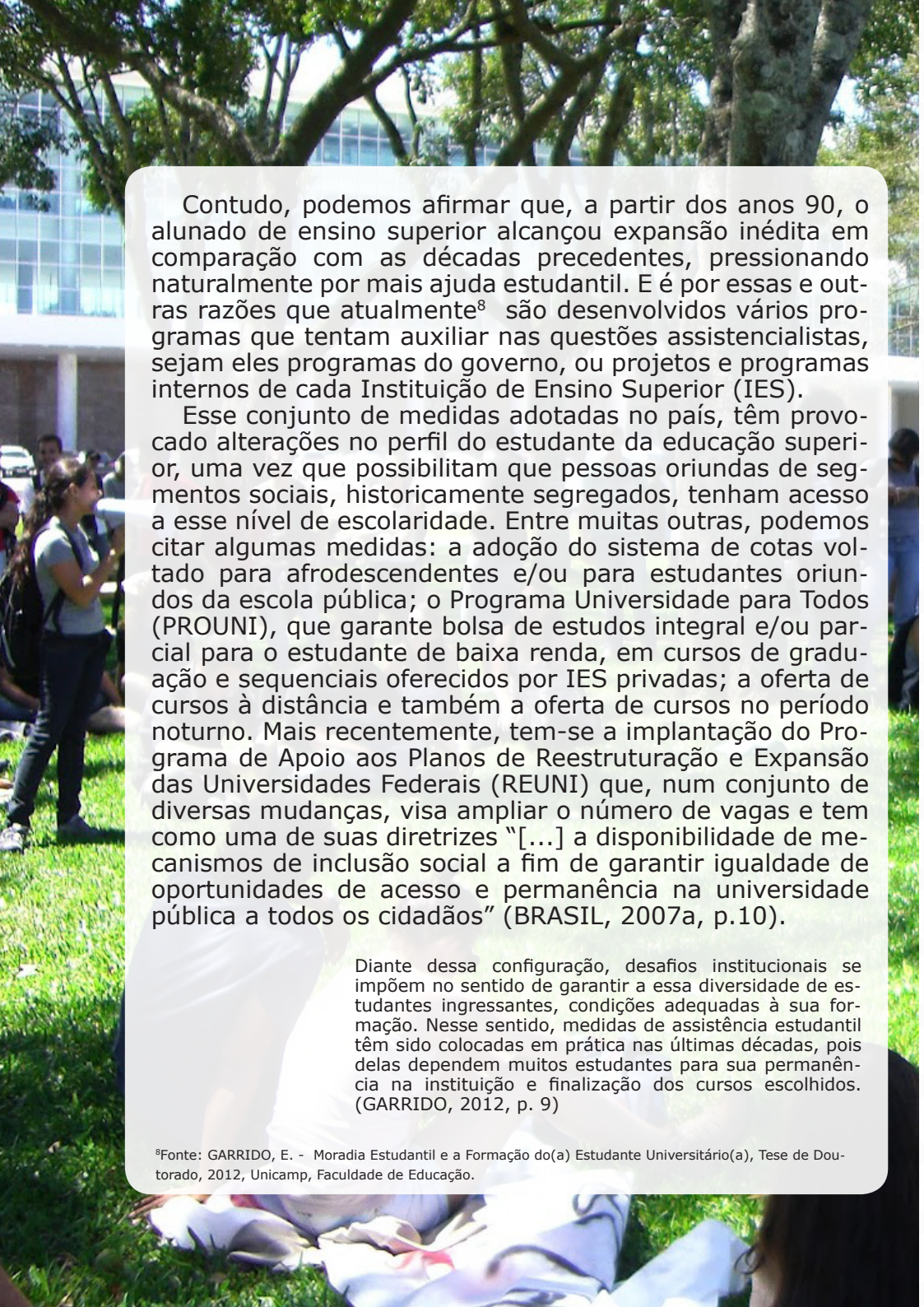


Fonte - < http://www.umc.br/instituicao/7/a-universidade>

Consta na legislação brasileira que a educação é concebida como um direito fundamental, universal, inalienável, e um instrumento de formação do exercício da cidadania e pela emancipação social, tendo o comprometimento primordial à formação integral do ser humano. Contudo, levando em conta o contexto sócio cultural ao qual o Brasil se insere, pode ser observado que historicamente a educação, apesar das intenções preconizadas nos inúmeros instrumentos jurídicos, não tem sido um direito exercido por todo e qualquer cidadão. "As classes populares, no Brasil, sempre estiveram à margem do poder. Em consequência, as aspirações populares, em matéria de educação, não encontram ressonância: a educação é eminentemente elitista e antipopular" (GADOTTI, 1981: p. 5)

Todavia, apesar de este, ser um sistema de certa forma elitizado, apresentar incoerências e ser excludente, a educação não deixa de ter "por finalidade a formação de sujeitos capazes de pensar por si mesmos a partir do domínio dos bens culturais produzidos socialmente" (BACKX, 2006: p. 122). A partir daí, vê-se necessária a criação de se programas de assistência estudantil, que auxiliem os estudantes, e garantam sua permanência na vida acadêmica. Mas afinal, como se construiu a trajetória da assistência estudantil no Brasil?

> Terão sido as 'repúblicas' da Imperial Cidade de Ouro Preto, antiga Vila Rica e capital das Minas Gerais, que, no início do séc. XIX abrigavam os estudantes da Escola de Farmácia e da Escola de Minas? Ou, na década de 30, a criação dos primeiros programas de alimentação e moradia universitária, efetivados como política somente nos anos 1970, com a criação do Departamento de Assistência Estudantil (DAE) do Ministério da Educação? Ou foram as casas-comunidades, lugar de refúgio e resistência na fase da ditadura militar, que acabaram por desaguar na fundação, em 1987, da SENCE – Secretaria Nacional de Casas de Estudantes? Qual terá sido, afinal, a experiência pioneira, a partir da qual veio a se construir a rica trajetória da assistência estudantil no país? A leitura dos textos disponíveis sobre os caminhos traçados pelas ações de assistência aos estudantes brasileiros dá margem, de fato, a mais indagações do que certezas. (ANDRÉS, 2011, p.3)



Contudo, podemos afirmar que, a partir dos anos 90, o alunado de ensino superior alcançou expansão inédita em comparação com as décadas precedentes, pressionando naturalmente por mais ajuda estudantil. E é por essas e outras razões que atualmente[8] são desenvolvidos vários programas que tentam auxiliar nas questões assistencialistas, sejam eles programas do governo, ou projetos e programas internos de cada Instituição de Ensino Superior (IES).

Esse conjunto de medidas adotadas no país, têm provocado alterações no perfil do estudante da educação superior, uma vez que possibilitam que pessoas oriundas de segmentos sociais, historicamente segregados, tenham acesso a esse nível de escolaridade. Entre muitas outras, podemos citar algumas medidas: a adoção do sistema de cotas voltado para afrodescendentes e/ou para estudantes oriundos da escola pública; o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que garante bolsa de estudos integral e/ou parcial para o estudante de baixa renda, em cursos de graduação e sequenciais oferecidos por IES privadas; a oferta de cursos à distância e também a oferta de cursos no período noturno. Mais recentemente, tem-se a implantação do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que, num conjunto de diversas mudanças, visa ampliar o número de vagas e tem como uma de suas diretrizes "[...] a disponibilidade de mecanismos de inclusão social a fim de garantir igualdade de oportunidades de acesso e permanência na universidade pública a todos os cidadãos" (BRASIL, 2007a, p.10).

> Diante dessa configuração, desafios institucionais se impõem no sentido de garantir a essa diversidade de estudantes ingressantes, condições adequadas à sua formação. Nesse sentido, medidas de assistência estudantil têm sido colocadas em prática nas últimas décadas, pois delas dependem muitos estudantes para sua permanência na instituição e finalização dos cursos escolhidos. (GARRIDO, 2012, p. 9)

[8]Fonte: GARRIDO, E. - Moradia Estudantil e a Formação do(a) Estudante Universitário(a), Tese de Doutorado, 2012, Unicamp, Faculdade de Educação.

A assistência estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover tais recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante desenvolva-se durante a graduação, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matricula. Assim sendo, ela transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos necessários à formação profissional, nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros, estes, fundamentais, para o bom desempenho estudantil.

Contudo, segundo Garrido (2012), mesmo com a expansão de vagas no ensino superior, e diversos programas que tentam minimizar a elitização da educação superior no Brasil, ainda vemos uma predominância da população de jovens das camadas de maior poder aquisitivo. Para muitos autores uma parcela importante da população estudantil, concentrada na rede privada, encontra dificuldades para arcar com os custos de sua formação, o que contribui para a evasão e o aumento de vagas ociosas; nas IES públicas, observa-se que as medidas adotadas têm se revelado tímidas, no que tange às reais necessidades do segmento estudantil, para garantir sua permanência na instituição até a conclusão do curso (GARRIDO, 2012, p. 9).

Mogi das Cruzes, por ser uma cidade universitária, também apresenta tal problemática de assistência estudantil, ainda mais por apresentar um contexto de universidades privadas, estas, que detém, o maior número de matrículas do Brasil, segundo os dados de pesquisa do IBGE (2012) e do Pnad já apresentados[9] . Sendo assim, podemos de-

[9]A maioria dos estudantes brasileiros faz ensino básico em escolas pública e ensino superior na rede particular.

preender que a maioria dos estudantes carentes advindos de escolas públicas, tem cursado o ensino superior no município, através de programas de ação afirmativa no ensino superior, sendo o principal deles o Prouni – Programa Universidade para Todos: implementado pelo Ministério da Educação (MEC) desde 2005. Segundo a maior Universidade de Mogi das Cruzes, a UMC, são oferecidas mais de 400 bolsas integrais Prouni por semestre.

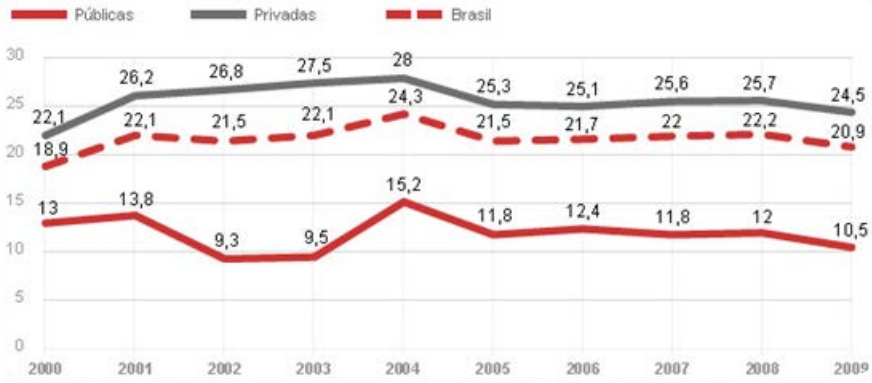
As universidades privadas são muitas vezes uma escolha, por raramente apresentar uma grade curricular integral, possibilitando que o estudante também trabalhe. Entretanto, por falta de assistência, boa parte do novo alunado não dispõe de recursos para pagar a alimentação, a moradia, o material didático, o transporte e outros itens fundamentais à vida estudantil, o que acabaria por levar-lhes a abandonar os estudos, fato este que inclusive pode ser observado em diversos pontos do país.

1.2.3 A Evasão e a Permanência Estudantil

Nas últimas décadas, o crescimento de instituições de Ensino Superior e alunos ingressantes trouxeram também a evasão, especialmente, nos primeiros meses após o ingresso do aluno na instituição. De acordo com os dados do Censo 2009[10] do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no Brasil são 2.314 IES, que registraram 5.954.021 matrículas, em 28.671 cursos de graduação presencial e a distância. O número de inscrições para esses cursos, em 2009 foi de 6.889.269. Já o número de concluintes foi de 959.197. Nota-se que a problemática da evasão é presente e objeto de preocupação das IES.

O Conceito de evasão, segundo a definição do MEC (2009), é "a saída definitiva do curso de origem sem conclusão, ou a diferença entre o número de ingressantes e concluintes, após uma geração completa. " Uma pesquisa do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior de São Paulo (SEMESP, 2010[11]), avaliou a evasão de universidades privadas, e constatou que o motivo de tal evasão está, mesmo com as políticas assistencialistas existentes, principalmente ligado por aspectos financeiros, demonstrando a insuficiência de programas que garantam a permanência estudantil. O Gráfico 1 a seguir, demonstra a evasão em universidades Públicas e Privadas no Brasil

Gráfico 1 – Índice de Evasão nas Universidades Públicas e Privadas no Brasil (Em %)



Fonte - Editora de Arte/G1, 2011[12]

[10]Censo 2009 da Educação Superior Brasileira - Resumo Técnico. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

[11]Pesquisa de Evasão no Brasil, 2010. SEMESP – Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior de São Paulo

Enfim, o fato da busca por uma formação superior estar em franca expansão, principalmente agora, onde processos mais democráticos para o ingresso dos estudantes estão surgindo no cenário nacional – como, lei de cotas, ampliação dos cursos e vagas nas universidades federais e estaduais, e programas de bolsas em universidades privadas como o Prouni – exige cada vez mais, maiores investimentos em políticas públicas que garantam a permanência do estudante nas instituições. Ou seja, sem condições de moradia, alimentação, atividades culturais, esportivas, promoção da saúde, e tudo mais que é necessário para que se tenha uma Vida Acadêmica, um estudante não fica na universidade, assim, não adianta garantir o acesso sem garantir a permanência desses estudantes.

1.2.4 A Vila Acadêmica

Ingressar no ensino universitário é um momento de transição na vida de um jovem, diante de múltiplos desafios, tais como: estabelecer novas relações interpessoais; adaptar-se a novas exigências culturais, intelectuais e acadêmicas próprias de sua área de formação; tornar-se autônomo na gestão do tempo e de sua vida financeira e, em muitos casos, adaptar-se a viver longe do grupo familiar e social de origem. Tendo como base as discussões na literatura assim como o contexto sociocultural e econômico, pode-se pressupor que as finalidades da educação superior não são simples nem unidimensionais, mas envolvem, ao contrário, um conjunto intencional e su bjetivo que tornam a formação profissional mais abrangente do que somente as ações educativas encontradas na sua estrutura curricular.

> Pachane (1998), Santos (2000) e Fior & Mercury (2003) apontaram que as atividades extracurriculares são de naturezas distintas e que contribuem de forma diferenciada para mudanças pessoais no universitário em cinco domínios principais: conhecimentos e habilidades acadêmicas, complexidade cognitiva, competência prática, competência interpessoal e humanitarismo. (PERES; ANDRADE, 2005; p. 155)

Os centros acadêmicos (CA), em geral, tentam desempenhar esse papel, principalmente desde a ditadura militar – quando cresceram e tiveram destaque por seus movimentos estudantis –, de lutar em buscas dessa compreensão, de que os estudantes têm necessidades básicas para que se garanta uma "sobrevivência" acadêmica. Inúmeras são as questões que estão se perdendo no contexto estudantil, e isto afeta diretamente no desempenho do aluno.

Sendo assim, podemos depreender, que a vida acadêmica, não se baseia somente em uma sala de aula, ou uma biblioteca, ela vai além. São questões culturais, esportivas, políticas, econômicas, e sociais que garantem que o universitário tenha um bom desempenho estudantil, durante sua vida universitária, contribuindo inclusive, que se tornem profissionais mais aptos ao mercado de trabalho. Assim, é necessário que as universidades, detenham de espaços de qualidade para o desenvolvimento de tais atividades.

[12]Segundo cálculo do pesquisador do Instituto Lobo para o Desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia, Oscar Hipólito, com base nos números do Censo do Ensino Superior divulgados pelo Ministério da Educação em dezembro do ano passado. Disponível em: < http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/02/pais-perde-r-9-bilhoes-com-evasao-no-ensino-superior-diz-pesquisador.html>

1.3 Moradias Estudantis

No Brasil, a maioria dos historiadores afirmam que a implantação das residências estudantil, começou entre 1850 e 1860, em Ouro Preto (MG), devido a necessidade de fixação nesta cidade histórica de alunos e professores do interior de Minas interessados em cursar ou ensinar na antiga Escola de Minas de Ouro Preto. Mas foi a partir da década de 30, na Era Vargas, que as residências universitárias começaram a se espalhar pelo país. Na época, foram criadas as chamadas "cidades universitárias", com alojamentos próprios para a fixação de docentes e discentes que ingressavam nas recém-nascidas universidades brasileiras.

> Atualmente, inúmeros estudantes brasileiros deixam sua cidade natal para ingressar nas IES. Os motivos para essa mudança são os mais diversos: a inexistência de instituições desse nível de ensino nos locais onde vivem os estudantes, a procura de um curso específico desejado ou de uma instituição em particular, a possibilidade de conciliar o processo de formação com outras atividades, como, por exemplo, uma ocupação profissional. Deslocam-se ainda para aproveitar as facilidades que a localidade escolhida oferece ou os convênios estabelecidos entre IES, os quais permitem mobilidade no processo de formação entre seus integrantes, ou, ainda, para fazer uma pós-graduação específica. Para tanto, um desafio se apresenta: onde morar. (GARRIDO, 2012, p. 52)

No país, todas as universidades federais, de acordo com o Ministério da Educação, dispõem de residências estudantis. Algumas instituições estaduais também oferecem dormitórios ou dão bolsa de auxílio à moradia. Nos dois casos, as residências são gratuitas e o aluno que consegue uma vaga não tem custos com aluguel, condomínio, água, energia elétrica e gás. Já as universidades particulares, especialmente as católicas, mantêm casas estudantis para seus alunos. Neste caso, o estudante paga à instituição pela vaga, mas mesmo assim, as residências oferecidas pelas universidades particulares deixam a desejar em termos de oferta de vagas e conforto, elas praticamente não existem. Estão muito longe de ser como as dos países estrangeiros, segundo informações da UNE (União Nacional dos Estudantes). Principalmente pelo fato de que no Brasil, uma grande parcela de estudantes carentes, conforme já fora citado, se encontram nessas IES privadas, não obtendo condições de arcar com os custos da moradia.

Existem diversas tipologias habitacionais, e as mesmas podem ser divididas em dois grupos. No primeiro grupo, considerar-se os estudantes que arcam com a responsabilidade e os custos de sua moradia durante o período de sua graduação, e assim, alugam, ou compram imóveis, podendo o estudante vir a morar sozinho ou dividir o espaço com outras pessoas, as famosas repúblicas. Há também os que se hospedam em hotéis, flats, pensionatos, ou mesmo vivem temporariamente com parentes ou amigos. No caso de pensionatos e repúblicas, comumente eles são organizados de forma diversificada: alguns recebem estudantes apenas do sexo masculino, outros são voltados para o sexo feminino, e existem aqueles que são mistos (GARRIDO, 2012). Já no segundo grupo, considera-se aqueles estudantes que buscam através das IES algum tipo de auxílio para garantir um local de moradia durante os anos nos quais terão que se dedicar aos estudos. Tal solicitação de assistência junto às IES é ocasionada pela ausência de condições econômicas do estudante e sua família para assegurar moradia fora da cidade natal do estudante. É valido ressaltar que nem todas as IES brasileiras, oferecem esse tipo de serviço, na verdade, a minoria, dentro do grande total de universidades no país, possui moradia estudantil. Existem alguns casos em que o estudante recebe uma bolsa-auxílio moradia da IES, ou mesmo dos programas de ação afirmativa existentes, e



terá que buscar um espaço para alugar, mas muitas vezes, tal recurso não é suficiente.

Enfim, existe uma variedade enorme tanto no arranjo populacional desses ambientes, como no padrão arquitetônico. Tem-se uma grande diversidade também no tipo de vinculação das moradias com as IES, e no tipo de gestão presente nas mesmas. Independente da instituição de ensino superior, a questão habitacional do estudante ainda é problemática, e necessita ser aprimorada, pois muitas não apresentam qualidade em seus ambientes, nem mesmo vagas suficientes para quem realmente precisa desse apoio estudantil, e muito menos uma estrutura de apoio aos estudantes, pois não é somente a com a moradia que se garante a permanência estudantil, é necessário toda uma estrutura de serviços, espaços que contribuam com o melhor desenvolvimento da vida acadêmica. Dessa forma, muitos são aqueles que desistem de cursar uma universidade por falta de condições básicas de sobrevivência.

Mogi das Cruzes embora apresente um alto estoque habitacional como no resto do país, os mesmos não se encontram disponíveis aos estudantes de maneira geral, e muito menos àqueles que necessitam de algum tipo de auxílio. A cidade não conta com a presença de moradias específicas, e quando sim, estas são muito distantes e/ou apresentam condições extremamente precárias, além de um alto custo, o que fragiliza totalmente a permanência de estudantes que necessitam de maior assistência estudantil. Até mesmo para os que advém de cidades vizinhas e poderiam voltar para suas respectivas casas, enfrentam péssimas condições de transporte, tendo que ir e vir em horários não propícios, afetando bruscamente o desempenho estudantil. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo propor uma nova forma de moradia estudantil (programa, ações e espaços) na cidade de Mogi das Cruzes, que, integrado a serviços compatíveis à vida estudantil, seja autogerido e promova sustentação financeira desses estudantes que necessitam de maior assistência na Universidade de Mogi das Cruzes, contribuindo assim para a permanência dos mesmos, bem como para um melhor desempenho acadêmico.

A Vitalidade, a Preservação da Privacidade e o Estímulo ao Contato social nos Espaços Urbanos/Arquitetônicos



CAPÍTULO II

Para cumprir os objetivos apresentados, é necessário propor um equipamento que esteja integrado à malha urbana, e que garanta a vitalidade no espaço, relacionando os ambientes públicos e privados de maneira harmônica, contribuindo para o estimulo do contato social, trazendo à tona o espírito de comunidade, o qual vem sendo cada vez mais depreciado pela arquitetura das cidades. Com isso, vê-se necessário o aprofundamento de tais temas, de modo a contribuir como referência para as diretrizes do projeto.

2.1 A Vitalidade na Arquitetura e nas Cidades

As constantes regras estabelecidas pelos tais zoneamentos de uso e ocupação do solo, têm resultado em uma adoção cada vez mais proliferada de tipologias arquitetônicas caracterizadas por, "edificações isoladas no lote, com baixa permeabilidade de acessos diretos à rua, grandes afastamentos laterais e frontais, e alta ocorrência de fachadas com baixa permeabilidade visual voltadas para os espaços públicos" (SABOYA; NETTO; VARGAS, 2013, p. 3).

Desde pelo menos a década de 60, com o trabalho de Jane Jacobs (2000[1961]), há um crescente acúmulo de indícios, de que tais tipologias, produzem impactos negativos para a vida urbana.

[13]JACOBS (2000); SABOYA (2013); GEHL (2011); ALEXANDER (1977).

> Pode-se dizer que estamos diante de uma convergência quase que mundial a um padrão de urbanização que tende à dispersão, ou seja, um crescimento urbano disperso e fragmentado, e com significativo aumento da expansão urbana periférica de baixa densidade. [...] Muito se fala sobre perda de qualidade urbana nesse atual quadro de transformações pelas quais as estruturas urbanas vêm passando. (GONÇALVES, 2010, p. 2)

Estudos sobre a forma urbana e suas implicações na intensidade e modos de apropriação socioespacial, são inúmeros e diversos em suas abordagens. Há uma especificidade maior, quando falamos em vitalidade urbana, onde "uma miríade de aspectos morfológicos tem sido apontados como variáveis independentes, supostamente capazes de proporcionar maior ou menor vitalidade a determinadas áreas da cidade" (SABOYA; NETTO; VARGAS, 2013, p. 3). De forma geral, podemos classificar essas variáveis em quatro categorias: densidade populacional e concentração de atividades, características de localização e de proximidade, oportunidade de interação social, e qualidade e quantidade disponível de infraestrutura.

No primeiro quesito, estudiosos[13] afirmam que quanto maior quantidade de pessoas e concentração de diversas atividades, maior a utilização dos espaços e interações nas ruas, proporcionando ambientes mais movimentados por diferentes propósitos e em diferentes horários, contribuindo diretamente para a vitalidade urbana. Quanto às características de localização e de proximidades, podemos evidenciar que menores distâncias também podem ser associadas à maior intensidade de interação entre pessoas, visto que, existe uma maior pré-disposição das mesmas a realizarem os trajetos a pé, e tal percurso aumenta a chance de contatos. Todavia, as grandes distâncias entre as atividades, por sua vez, estimulam os deslocamentos por meios motorizados, principalmente o automóvel particular, dificultando tais contatos. A importância dessas oportunidades de interações sociais citadas acima, é que as mesmas garantem os "olhos na rua", que Jacobs (2000),

2.2 Relação Público e Privado e a Interação Social

diz ser essencial para que se tenha segurança no espaço, e logo, maior vitalidade. Este fato está diretamente ligado a importância das conexões visuais, ou seja, "a maneira pela qual a visibilidade reforça a proximidade física é através da possibilidade de algum tipo de interação concreta entre espaço edificado e aberto, mesmo que à distância (SABOYA, 2013, p. 3).

> O contato através da experiência entre o que está acontecendo no ambiente público e o que está acontecendo nas residências, lojas, fábricas, oficinas e edifícios coletivos adjacentes pode promover uma extensão e enriquecimento das possibilidades de experiências, em ambas as direções. (GEHL, 2011, p. 121)

A última variável, a qualidade e quantidade disponível da infraestrutura, como por exemplo iluminação, mobiliário, sombras, espaços de estar, etc., também exerce um importante papel na medida em que incentivam a permanência nesses espaços por períodos mais longos, por serem ambientes que oferecem mais conforto ao usuário.

Pode se depreender então, que a vitalidade dos espaços, e todas suas variáveis apresentadas, está relacionada diretamente com a interação social, esta, que é garantida através da multifuncionalidade –, onde áreas residenciais, comerciais e de serviços, compartilham o mesmo espaço, ou até, a mesma edificação. O conteúdo desses espaços, vem sendo utilizado nos dias de hoje como referência, a fim de propor a revitalização e reocupação das áreas centrais de grandes cidades. A Arquitetura multifuncional, garante a diversidade de usos, de pessoas, a proximidades e minimização de distâncias, o aproveitamento e otimização da infraestrutura local, ou seja, pode-se considerar que a multifuncionalidade de um edifício, respeita os preceitos apresentados por estudiosos, e garante a vitalidade na arquitetura e nas cidades através de uma intensa relação entre os espaços de caráter públicos e privados

É sabido que o modernismo, pregava que o desenho da cidade seria o propiciador de um mundo mais igualitário e que a estrutura urbana poderia ser conformada racional e funcionalmente de forma a se atingir o bem-estar social. Entretanto, o esquematismo e o todo esse excesso de racionalização em que foram concebidas as habitações padronizadas, sem qualquer relação com a identidade do morador, provocaram fortes críticas por parte das gerações de arquitetos que se sucederam. O chamado, Team 10[14], foi buscar no resgate das categorias da cidade tradicional um maior sentido de comunidade e identidade, uma construção de relações mais imediatas entre o núcleo familiar e o grupo social, entre a residência e os espaços coletivos.

Arquitetos de referência, como Herman Hertzberger, afirmam que a relação público-privado, varia de acordo com o grau de acesso aos espaços, sendo o espaço público uma área "acessível a todos a qualquer momento" (HERTZBERGER, 2006). Entretanto o arquiteto defende a ideia de que não deve existir oposição entre espaço público e espaço privado, e sim "gradações" de acessibilidade; luz, cores, formas e funções.

O grau de acesso de espaços e lugares fornece diretrizes para o projeto. A escolha de motivos arquitetônicos, sua articulação, forma e material são determinados, em parte, pelo grau de acesso exigido por um espaço (HERTZBERGER, 2006). Assim, esta etapa compreenderá, mais detalhadamente, as gradações dos espaços privados e públicos, a necessidade do comunitário, e a importância da interação social.

[14]Team ESP10, ou Team Ten, nada mais é que o grupamento de vários arquitetos de formações distintas que, em determinado momento histórico, estendido esporadicamente por muitos anos, partilharam uma mesma experiência crítica nos colóquios internacionais consagrados à arquitetura. Team X foi constituído em 1954, por pessoas encarregadas de preparar o 10º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) de

2.2.1 A Preservação da Privacidade

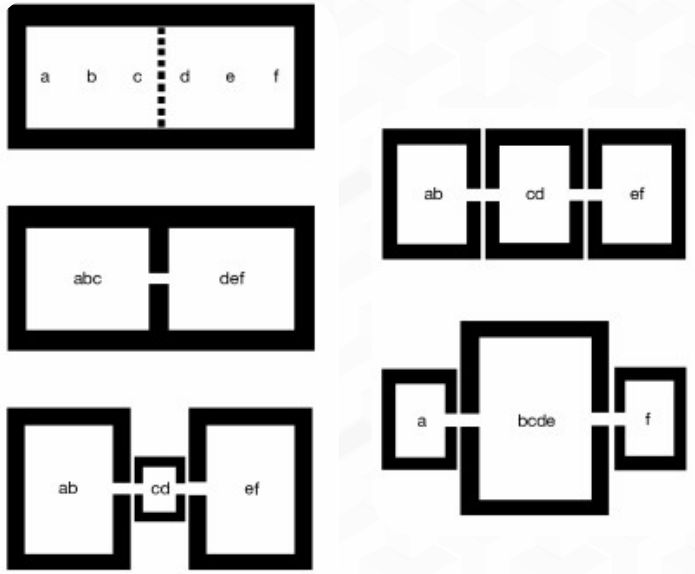
Christopher Alexander e Serge Chermayeff, em Community and Privacy, são defensores da ideia da necessidade de espaços, com características de preservar a privacidade e a identidade de cada ambiente. Atualmente, o equilíbrio da vida contemporânea tem sofrido alterações negativas, derivadas da utilização das novas tecnologias combinadas com a má gestão do espaço urbano e arquitetônico. Assim, os autores afirmam que os espaços de transição são essenciais para o controle de diversos ambientes a que o ser humano de encontra exposto, originando uma separação harmoniosa entre público e privado. Todavia, atualmente, a forma da casa não proporciona respostas para este tipo de problemas.

O nível de privacidade – "esse maravilhoso composto de retiro, independência, solidão, quietude, contemplação e concentração" (ALEXANDER; CHERMAYEFF, 1970, p. 3) –, do ambiente doméstico, encontra-se atualmente diminuído, e os fatores que o desencadeiam estão relacionados a dois problemas: o conflito de atividades dentro do espaço privado das habitações, e às intromissões e ruídos proveniente de outros espaços ao ambiente privado.

> Para despertar uma autêntica variedade, deve permitir-se que cada tipo de experiência possa desenvolver-se por si mesma, em condições especiais, claramente definidas, e inclusive fisicamente separada das outras experiências. (ALEXANDER; CHERMAYEFF, 1970, p. 124)

Para solucionar tais problemas de privacidade, é necessário que cada zona do edifício tenha seu caráter específico, a sua integridade, de modo a "[...] induzir, refletir, e sustentar a atividade para a qual foi desenhada" (ALEXANDER; CHERMAYEFF, 1970, p. 124). É fundamental que isto seja preservado, protegendo o ambiente de intromissões sonoras, visuais ou físicas, provenientes de outros espaços. Assim, é necessário que existam elementos que controlem o grau de acesso que se pretende em cada ambiente, preservando a privacidade dos mesmos. A figura 6 abaixo, demonstra como se pode articular ambientes, através, destes espaços válvula[15].

Figura 6 – A Válvulas como Articulação de Ambientes



Fonte: ALEXANDER; CHERMAYEFF, 1970

[15]Espaços válvulas: Modo com o qual os arquitetos Christopher Alexander e Serge Chermayeff, em seu livro Community and Privacy, nomeiam os espaços de transição.

É fundamental que isto seja preservado, protegendo o ambiente de intromissões sonoras, visuais ou físicas, provenientes de outros espaços. Assim, é necessário que existam elementos que controlem o grau de acesso que se pretende em cada ambiente, preservando a privacidade dos mesmos. A figura 6 abaixo, demonstra como se pode articular ambientes, através, destes espaços válvula .

2.2.2 A Urgência do Comunitário

Os mesmos autores[16] que se preocupam com a preservação da privacidade, embora não explicitem uma preocupação com zonas de transição entre o espaço público da rua e o espaço privado da casa, preveem a necessidade de que os espaços válvulas já citados, também sejam utilizados de forma a incentivar a vida comunitária. Entretanto, a preocupação extrema da sociedade com a preservação da privacidade, vem tomando proporções tamanhas, principalmente desde a 2ª Guerra Mundial, que a relação público e privado está desarticulada.

As cidades, vem perdendo vitalidade, como já foi dito anteriormente, e o caos e a insegurança tomam espaços cada vez maiores no seu cotidiano. Parece que estamos todos predestinados a ter medo, e só o suprimos nos fechando dentro de uma cidade completamente murada, criando o que o BAUMANN (2009) chama de uma verdadeira "mixofobia" – o desejo de segurança, que se confunde com isolamento e com a suspeita crescente com relação ao "outro" e ao "diferente". Nada de mistura nem de aproximações.

[16]ALEXANDER; CHERMAYEFF, 1970

É a partir desta nova fase histórica, em que as cidades modernas estão atravessando, principalmente, após o fim do século XX com o advento da globalização, que podemos dizer que o futuro da cidade se estabelece como um centro propulsor de insegurança e degradação geral. BAUMANN (2009), baseando-se, no também sociólogo Robert Castel [17], remonta à origem deste fenômeno na substituição das comunidades solidamente unidas pelo dever individual de cuidar de si e de agir por si.

> Assim, e em razão de vários outros fatores, o crescimento atemorizante da população mundial, somado à elevação das exigências do homem, cada vez mais distante de suas raízes naturais, identificado com conceitos artificiais de vida, cujas bases são direcionadas a um alto nível de consumo, distancia-se dos cuidados necessários para preservação da especificidade da vida social
> (MARTINS, 2003, p. 3).

Inúmeras são as abordagens que evidenciam a urgência do comunitário para que tenhamos cidades mais seguras e mais vivenciadas. É fundamental a relação harmônica entre o público e o privado. É ainda mais importante que essa relação seja até mesmo imperceptível, assim como propõe os espaços de transição, que as pessoas 'adentram', interagem socialmente, e muitas vezes nem percebem. São espaços naturais desse tipo, em que se devem articular o desígnio da arquitetura e do urbanismo, a fim de urgir pelo comunitário.

[17]Robert Castel: Sociólogo Francês, professor de sociologia na Universidade de Paris VIII, onde também foi Diretor de Altos Estudos. Foi também fundador e diretor do Grupo de Pesquisa e Análise do Social e da Sociabilidade entre 1982-1990 e Diretor do Centro de Estudos dos Movimentos Sociais entre 1995 e 1999, experiência que resultou no aprofundamento daquilo que denominou de "questão social".

2.2.3 O Individual, o Coletivo e o Comunitário

"O individualismo vê a sociedade apenas na relação consigo mesmo, [...] o coletivismo não vê o homem de maneira nenhuma, vê apenas a sociedade" (HERTZBERGER, 2006).

Assim, já podemos diferenciar o individual, e o coletivo. Este que pressupõe a renuncia à responsabilidade pessoal em prol de um todo maior, inalcançável, que é a sociedade como um todo, não apenas composta de personalidades individuais, mas na forma de um sistema de interação social, enquanto àquele se baseia no princípio irreal de que o homem é capaz de viver sozinho, sem contato algum com qualquer outro homem.

É possível depreender que o entendimento do mundo a partir destes dois extremos gera uma falha de comunicação entre indivíduos que leva ao isolamento social (BOTELHO, 2010).

Segundo Buber[18], a solução para esta problemática, reside na "libertação do relacionamento" através do que podemos chamar de comunitário – um estado intermediário que constitui o espaço de interação entre os indivíduos, de maneira que se evite a escolha entre o coletivo e o individual.

O arquiteto HERTZBERGER (2006) transpõe esses conceitos de coletivo e individual, para a arquitetura e os interpreta, respectivamente, como público e privado, considerando área pública àquela que é acessível a todo momento, e a responsabilidade da manutenção torna-se coletiva, e área privada como espaço restrito, determinado por um pequeno grupo ou por uma pessoa com a responsabilidade de mantê-la.

Analisado os dois extremos, sente-se a falta da transposição do terceiro conceito para a arquitetura: o comunitário. O mesmo autor, o transpõe de maneira a considera-lo o do lugar semi-público ou semi-privado, onde pessoas e grupos restritos podem comunicar-se entre si, formando comunidades. Entretanto, segundo Gehl[19] (1987) as mais diversas formas de transição entre o estar só e estar acompanhado simplesmente desapareceram, e as fronteiras entre o isolamento e o contato social estão se tornando cada vez mais nítidas, assim, as pessoas estão ou a sós, ou com outras a um nível extremamente rígido e rigoroso, esquecendo que a vivência do espaço público local, permite estar informado sobre o que se passa em volta e pode inspirar o homem, e é a forma primordial para o estabelecimento de novos contatos a um nível modesto (que podem contribuir para novos relacionamentos), e para a manutenção de relações pré-existentes.

Já foi dito sobre a urgência do comunitário, a fim de garantirmos vida nas cidades. Mas agora, é necessário pensar nesses espaços intermédios na tentativa de materializar tal vivência, e aproveitar todas as oportunidades possíveis para evitar a separação rígida entre as habitações, e para estimular o que restou do sentimento de participar de algo que nos é comum. Somente restaurando este espírito de comunidade nos bairros e nas cidades contemporâneas, e traduzindo-os em arquitetura e urbanismo, é que podemos combater os problemas crescentes de alheamento social.

[18]Martin Buber, autor referenciado em Lições de Arquitetura, por Herman Hertzberger.

[19]Arquiteto e Urbanista dinamarquês, autor do livro Life Between Buildings: Using Public Space, 1987.

2.2.4 Os Espaços de Transição como Lugares de Interação

Existe uma fragilidade na relação entre os domínios públicos e privados quando não existem elementos de transição adequados entre eles, o que nos faz sentir "divididos ao meio" devido a uma mudança abrupta de ambiente. Estes espaços não pertencem nem à casa, nem à rua, e possibilitam a sensação de estarmos expostos ao movimento, "perigos" e intempéries do ambiente público, e ao mesmo tempo, deles protegidos dado ao fácil acesso ao espaço privado. É uma forma de ao invés de demarcar dois mundos, os sobrepor.

Na arquitetura, os espaços que melhor apresentam as características descritas aqui, "são aqueles que podem ser entendidos como o adensamento do espaço de comunicação entre dois lugares com características distintas, como as entradas, as varandas, as galerias" (BOTELHO, 2010).

Para que esses espaços funcionem, é necessário que o contato o qual se pretende estabelecer com sua criação, seja espontâneo, com um quê de informalidade e um certo descompromisso. Garantir a possibilidade de interromper o contato quando quisermos, nos encoraja a prosseguir. Tal contato é indispensável, e pode ser comparado às necessidades fisiológicas básicas do ser humano, como comer e dormir. O homem precisa se relacionar (afinal, não é por acaso que, nas prisões, estar numa cela em isolamento constitui uma punição suplementar temida pelos reclusos), e o espaço público, segundo Gehl (2006), é uma zona de contato social.

> As pessoas e atividades humanas atraem outras pessoas. As pessoas sentem-se atraídas pelas pessoas [...] Se há muita gente, ou se está a passar-se algo, a tendência é que se incorporem mais pessoas e acontecimentos, e as atividades crescem tanto em extensão como em duração [...]. Passa-se algo, porque se passa algo.
> (GEHL, 2006, p. 83).



Para criar esses espaços vivos, é fundamental garantir o movimento de pessoas, bem como estabelecer lugares e condições para estadias mais prolongadas. De maneira geral, para que se atinja esse objetivo, é necessário que as pessoas tenham razões para saírem de casa. Um dos motivos relaciona-se com a necessidade ou interesse em usar serviços existentes em lugares próximos da habitação: ir às compras, aos cafés, restaurantes, ao banco, à biblioteca ou ao salão de jogos, etc., ou mesmo no interesse em participar de atividades diversas em espaços públicos. É essencial que se prevejam também, juntamente com os espaços de transição, lugares recreativos e de comércio em função dos interesses da população de cada aglomerado urbano, e estes devem estar a distâncias praticáveis a pé, já que de outra forma a distância constituirá um entrave à sua utilização ou implicará o uso do automóvel como forma de acesso, diminuindo as possibilidades de encontros.

Enfim, para que exista um espírito comunitário, é fundamental que se tenha espaços de transição, estes que se relacionam e podem constituir lugares de expressão da personalidade dos habitantes de cada parcela privada. Nelas, podem expor-se objetos, criar-se pequenas zonas de estar através de peças de mobiliário, ou mesmo guardar utensílios e instrumentos (bicicletas, guarda-chuvas, etc.) quando necessário (BOTELHO, 2010). Para tal, é essencial compreender que os usuários deverão ser estimulados a neles mostrar a sua individualidade ou gerar zonas de estadia, possibilitando a existência de marcas individuais e comunitárias nesses espaços de transição, abrindo portas à formação de uma comunidade, ambiente intermédio, indispensável entre a solidão e a vastidão inalcançável da coletividade anônima.

Referências Projetuais

CAPÍTULO III

3.1 Matrizes de Análise

A partir desses conceitos estudados acima, sistematizou-se uma estrutura de modo a compor uma matriz de análise, onde é possível realizar uma avaliação dos elementos projetuais à luz de cada um dos conceitos, como a vitalidade, a multifuncionalidade, a privacidade, o comunitário e os espaços de transição.

A ideia geradora da matriz foi o primeiro passo na elaboração de uma metodologia de análise de projetos urbanísticos e arquitetônicos para verificação da presença dos conceitos já apresentados, confirmando ou não a preocupação dos arquitetos em introduzir em seus projetos elementos tão fundamentais na criação de espaços de qualidade para o ambiente urbano .

Essa foi uma forma de ilustrar o que já fora apresentado teoricamente, a fim de uma melhor compreensão dos conceitos.

A partir daí, surgirão diretrizes para o projeto proposto, contextualizado com as análises morfológicas da cidade de Mogi das Cruzes, que será apresentada posteriormente.

A matriz foi estruturada com seis diferentes projetos, previamente selecionados, os quais concentram ou não de maneira diversa os conceitos que serão analisados. São eles:

- **Residência Estudantil**
  Universidade Politécnica da Catalunha

☑ Arquitetura: H Arquitectes + dataAE
☑ Ano: 2011
☑ Local: Barcelona, Espanha

- **Residência Estudantil**
  Universidade do Sul da Dinamarca

☑ Arquitetura: CF Moller Architects
☑ Ano: 2015
☑ Local: Odense, Dinamarca

- **Residência Estudantil Somerville College**
  Universidade de Oxford

☑ Arquitetura: Níall McLaughlin Architects
☑ Ano: 2011
☑ Local: Oxford, Reino Unido

- **Moradia Estudantil**
  Universidade Estadual de Campinas

☑ Arquitetura: Joan Villá
☑ Ano: 1992
☑ Local: Campinas, Brasil

- **Centro Multifuncional e Residência de Estudantes - Universidade de Lisboa**

☑ Arquitetura: Simão Silveira Botelho
☑ Ano: 2010
☑ Local: Lisboa, Portugal

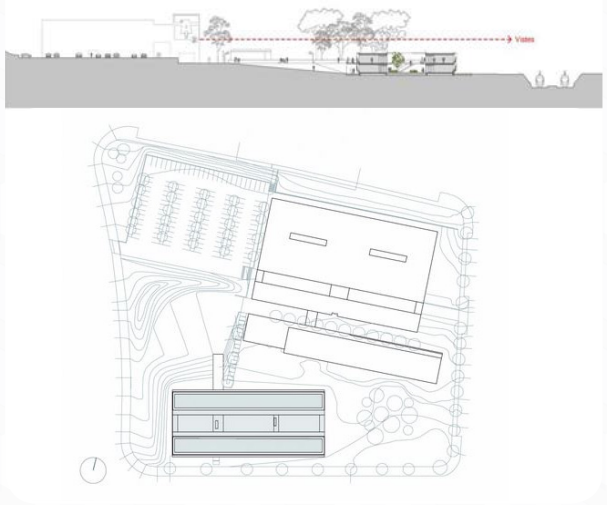
- **Residência Estudantil**
  Universidade de Washington

☑ Arquitetura: Mahlum Architects
☑ Ano: 2012
☑ Local: Seattle, Estados Unidos

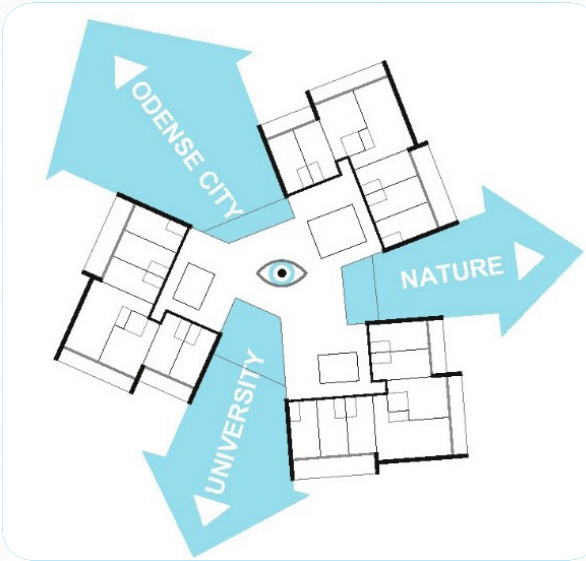
A VITALIDADE

Residência Estudantil
Universidade Politécnica da Catalunha





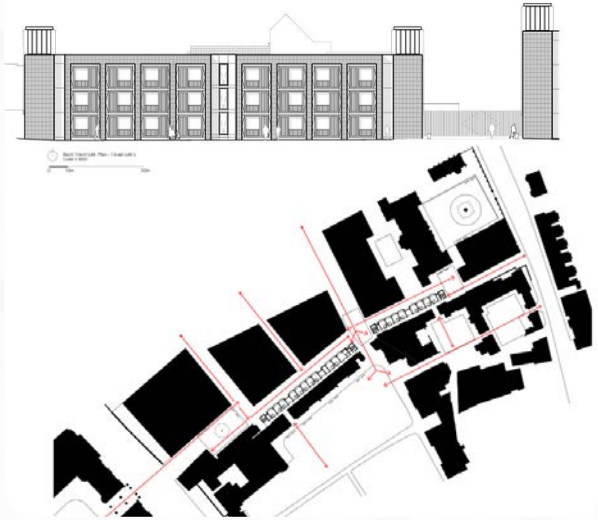
Residência Estudantil
Universidade do Sul da Dinamarca





Residência Estudantil Somerville
College - Universidade de Oxford



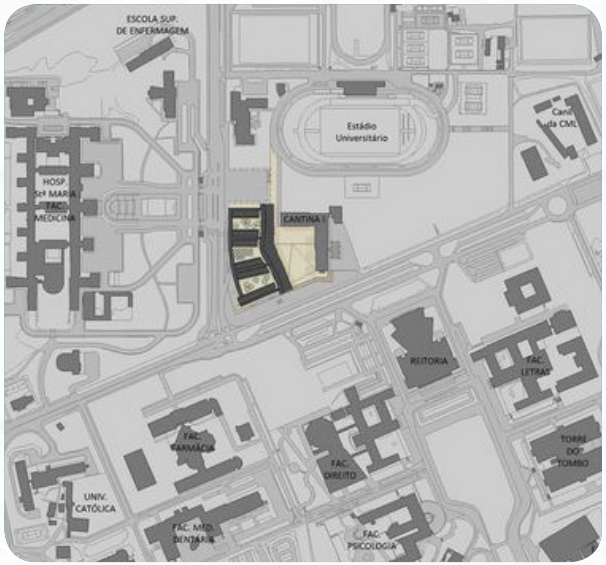


Moradia Estudantil
Universidade Estadual de Campinas





Centro Multifuncional e Residêncial de
Estudantes - Universidade de Lisboa





Residência Estudantil
Universidade de Washington



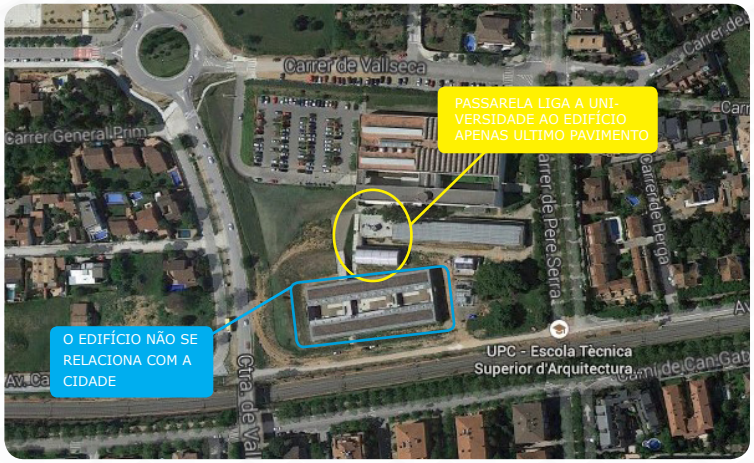


3.1.1 A Vitalidade

A vitalidade dentro desses espaços pode ser mensurada de diversas maneiras. Cada projeto possui suas respectivas peculiaridades, e sua arquitetura representa relações diferentes com a cidade. Pode ser observado a seguir, a intensidade e os inúmeros modos de apropriação socio-espacial.

A residência estudantil da Universidade da Catalunha, no quesito vitalidade, não apresenta uma relação direta com a cidade, conforme podemos observar no esquema elaborado abaixo (Figura 7). A maneira com o qual foi utilizado os níveis do terreno, auxilia para que a moradia fique isolada no lote, sem relação visual direta nem com a universidade, nem com a cidade (Figura 8).

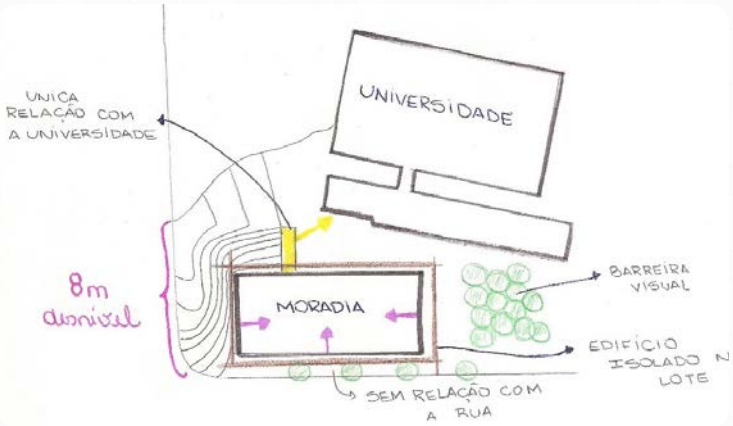
Figura 7 – Imagem de Satélite da Moradia Estudantil, isolada no lote.



Fonte - Google Earth, 2013, Modificado pela autora.

[20]Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/13.154/4895> Acesso em 25 set. 2014

Figura 8 – Croqui demonstrando a falta de relação com o exterior da moradia.



Fonte – Elaborado pela autora.

Tal isolamento, que enfraquece as relações sociais para com o espaço urbano também pode ser observada na moradia estudantil da Universidade de Campinas (Figura 9).

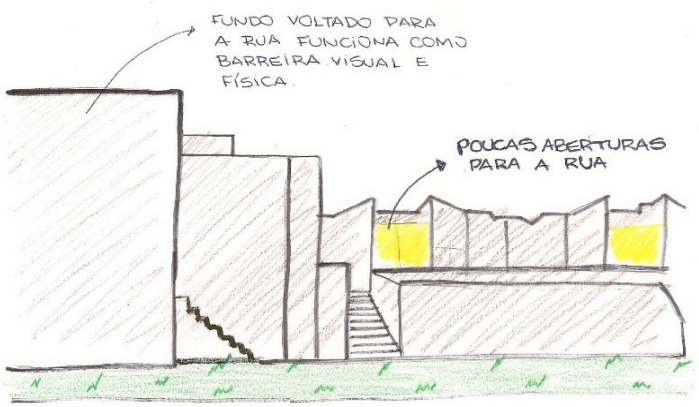
Figura 9 – Moradia Estudantil da Unicamp sem relação com a cidade



Fonte – Vitruvius[20], Modificado pela autora

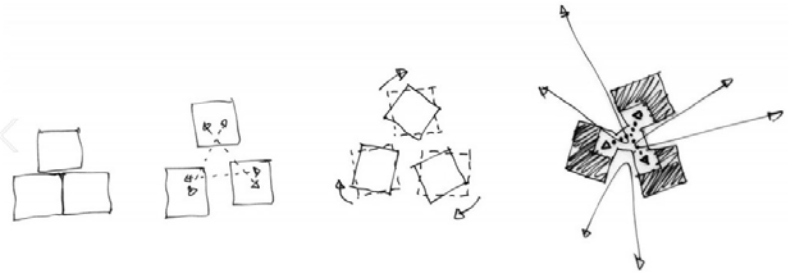
É nítida a fragmentação do espaço. Aqui, mais uma vez o ambiente se internaliza e se preocupa apenas com as relações internas (Figura 10), ainda que a estética se relacione completamente com o contexto urbano. Já, o oposto disso, pode ser encontrado na proposta vencedora que está sendo executada na Dinamarca. A residência estudantil foi pensada para que não tivesse uma frente definida. De acordo com os arquitetos, ela é atraente do ponto de vista de 360º (Figura 11). Ou seja, não está isolada no lote, e se relaciona de forma intensa com a cidade (Figura 12).

Figura 10 – Croqui do Fundo da Moradia da UNICAMP para a rua.



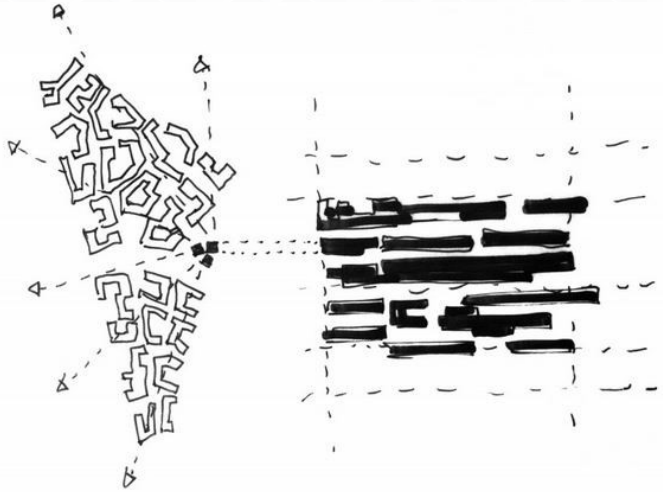
Fonte – Elaborado pela autora.

Figura 11 – Edifício 360º, com todas as relações internas e externas



Fonte – Archdaily[20]

Figura 12 – Relação do edifício com a cidade.



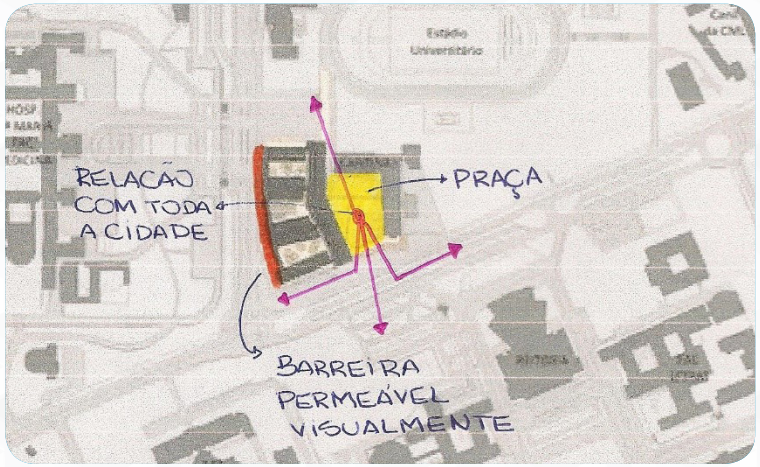
Fonte – Archdaily

[21]Disponível em: <http://www.archdaily.com/321445/university-of-southern-denmark-student-housing-winning-proposal-c-f-moller-architects/> Acesso em: 15 maio 2014

A arquitetura feita de modo a privilegiar a permeabilidade (espaços abertos e envidraçados), torna o espaço convidativo, permitindo com que a cidade também possa se relacionar com o projeto. Ao mesmo tempo, o espaço também é voltado para si, graduando a privacidade do ambiente, conceito este que será mais aprofundado adiante.

Tanto este projeto quanto o do Centro Multifuncional e da Residência Estudantil da Universidade de Lisboa contam com uma infraestrutura, que fora pensada para estimular o contato social, na tentativa de conquistar uma maior permanência no espaço, requisito este tão importante para a garantir a vitalidade do lugar. Um grande recurso utilizado por esses projetos, foi a multifuncionalidade, que será analisado posteriormente. Para garantir a vitalidade, a proposta da universidade de Lisboa, cria uma praça (Figura 13) e dispõe de serviços que atraem toda a comunidade ao redor.

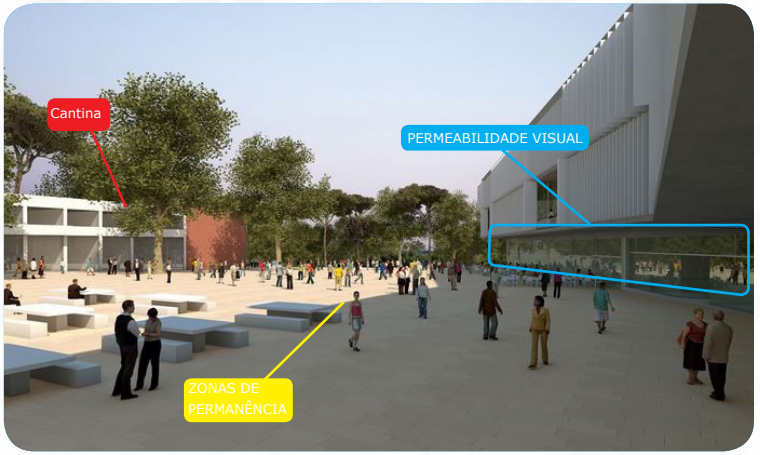
Figura 13 – Praça relacionada com toda a cidade.



Fonte – BOTELHO, S, 2011 – Modificado pela autora.

As zonas periféricas da praça foram pensadas a fim de induzir estadias prolongadas. Ao sul, existem esplanadas, a oeste mesas fixas para quem utiliza da cantina que já existia no local, ao norte bancos, e assim se tenta assegurar a permanência nas zonas de bordo do espaço público (Figura 14).

Figura 14 – Permeabilidade Visual, e Zonas de Permanência na PraçaT

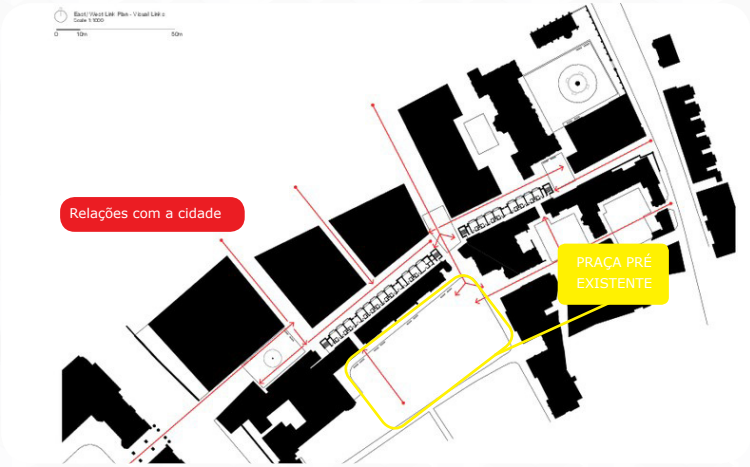


Fonte – BOTELHO, S, 2011 – Modificado pela autora.

A arquitetura da residência estudantil da Universidade de Oxford, trabalha os "olhos para rua" de maneira diversa das outras já apresentadas. Nela consta apenas "caixas" de dormitórios voltadas para a rua, mas nenhuma infraestrutura que possibilite a relação entre o público externo e interno à moradia. O conceito aqui pode ser facil-

mente questionado, pois embora seja ponto de vitalidade no projeto os quartos terem relação visual direta com o espaço público, não se tem um meio transitório entre os ambientes, questionando assim, tal relação. Contudo, a praça da universidade, é um ponto comum, e estabelece relações diversas para com a cidade, e pode ser considerada como um meio de vitalidade no projeto, embora o mesmo tenha sido construído muito depois da universidade, pois a moradia estudantil é favorecida neste quesito através das relações da praça com a cidade, que passam pela residência estudantil (Figura 15).

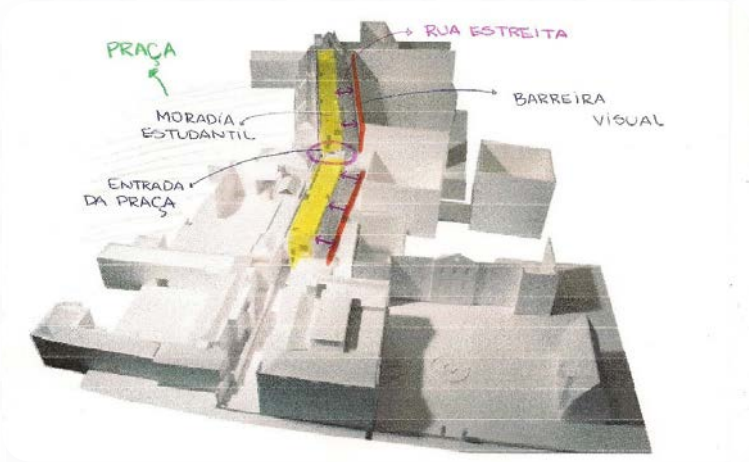
Figura 15 – Relações do Edifício para om a cidade.



Fonte – Archdaily[22] – Modificado pela autora.

Todavia, a praça também é relativamente fechada, com duas únicas entradas, através de ruas estreitas, o que restringe os acessos no sentido visual (Figura 16). Os prédios que compreendem a universidade são antigos e quase não possuem espaços abertos voltados à cidade. Entretanto, a arquitetura desse projeto é incrivelmente notória quando falamos do encontro do antigo com o novo em extrema harmonia.

Figura 16 – Barreiras Visuais.



Fonte – Archdaily[23] – Modificado pela autora

[22]Disponível em: http://www.archdaily.com/308322/student-accommodation-somerville-college-niall-mc-laughlin-architects/ Acesso em: 20 maio 2014

[23]Disponível em: http://www.archdaily.com/308322/student-accommodation-somerville-college-niall-mc-laughlin-architects/ Acesso em: 20 maio 2014

Por fim, a Universidade de Washington, no quesito vitalidade, se relaciona completamente com a cidade. Os edifícios não são agrupados em uma única quadra (Figura 17), e com isso, acabam por criar um percurso por dentro dele mesmo, com diversos espaços públicos e de transição, que possibilitam de diversas formas o encontro e permanência. Todos esses espaços, contam com grande infraestrutura, e colaboram para que os usuários se sintam confortáveis em permanecer no lugar. As grandes superfícies envidraçadas também permitem o olhar para rua, tal como Jane Jacobs já previa, e a multiplicidade de usos convida a comunidade a estar no lugar.

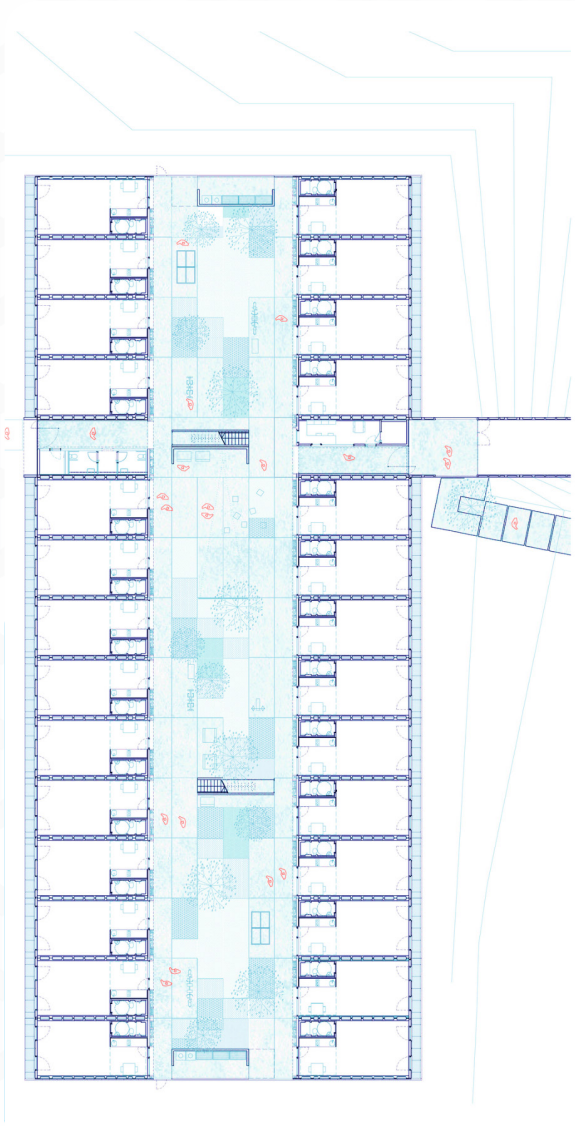
Figura 17 – Relações dos Edifícios entre si e para com a cidade



Fonte – Google Earth 2013, Modificado pela Autora.

A Multifuncionalidade

Residência Estudantil
Universidade Politécnica da Catalunha



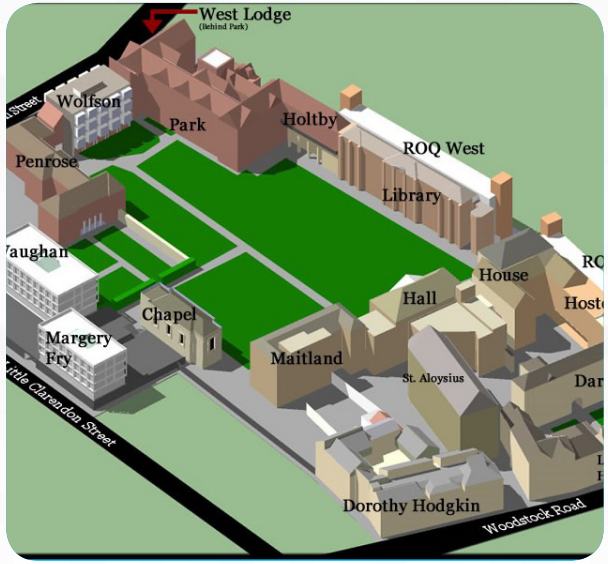
Residência Estudantil
Universidade do Sul da Dinamarca





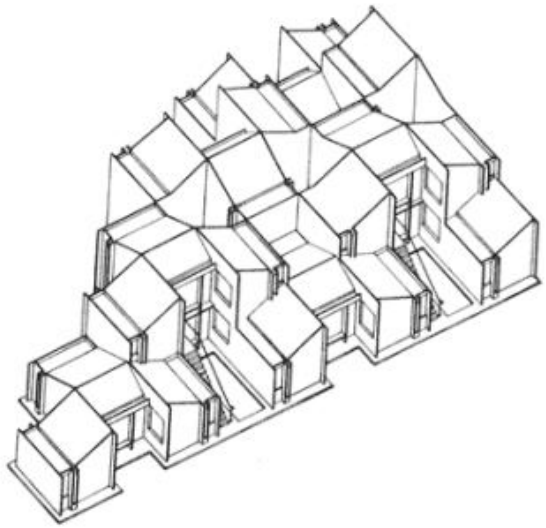
Residência Estudantil Somerville
College - Universidade de Oxford



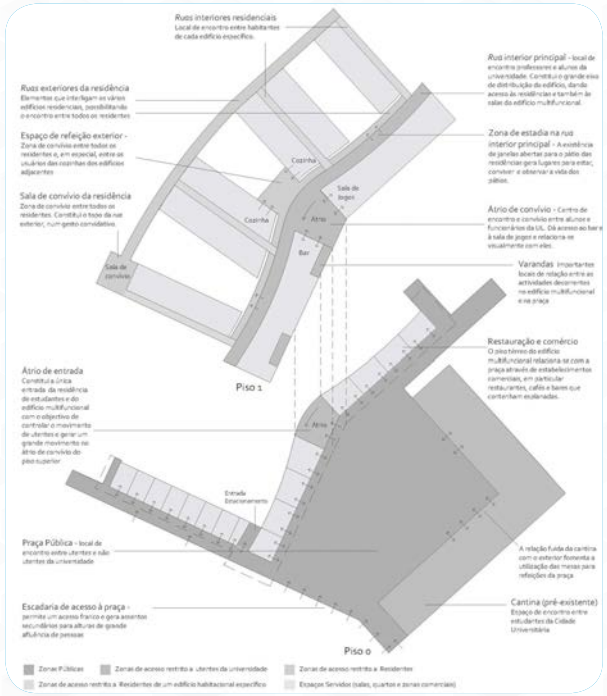


Residência Estudantil
Universidade Politécnica da Catalunha





Residência Estudantil
Universidade do Sul da Dinamarca





Residência Estudantil Somerville
College - Universidade de Oxford





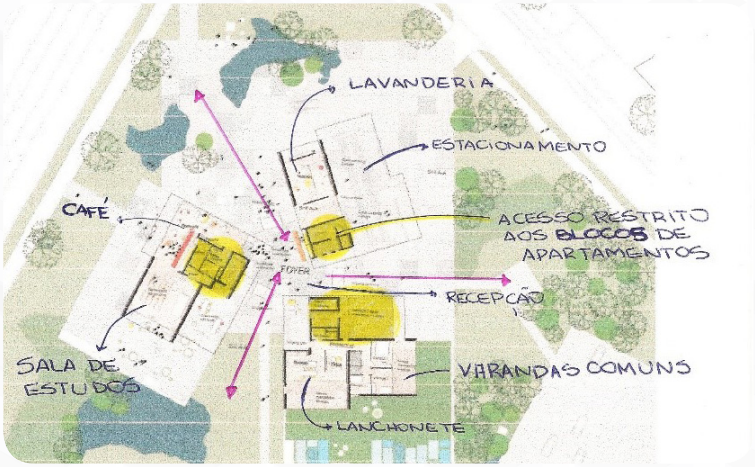
3.1.2 A Multifuncionalidade

Já fora dito que a multifuncionalidade na arquitetura e urbanismo, é o recurso que melhor garante a vitalidade, pois com a diversidade de usos, e consequentemente de pessoas, as proximidades e minimização de distâncias, o aproveitamento e otimização da infraestrutura local, permite-se uma intensa relação entre os espaços de caráter públicos e privados.

A universidade da Catalunha e a Universidade de Campinas contam com projetos monofuncionais, estes que não atraem a população local para o ambiente. Os espaços são voltados para si e se preocupam apenas com a interação dos usuários do ambiente.

Os projetos multifuncionais das matrizes de análise são três. A Universidade do Sul da Dinamarca que conta com alguns espaços que não são destinados apenas aos residentes, mas também à toda e qualquer pessoa que por ali passe e necessite de algum serviço que ali se encontra. Esses espaços mais públicos, se encontram no térreo (Figura 18), e nele é disponibilizado serviços como o de lavanderia, restaurante, lanchonete, entre outros.

Figura 18 – Multifuncionalidade do Edifício



Fonte - Archdaily[24], Modificado pela autora

Já no primeiro andar, embora ainda público, o acesso vai sendo restringido gradativamente, pois nele se encontram biblioteca, mais uma lanchonete, sala de música, academia, enfim, equipamentos estes que para serem acessados necessitam ser primeiramente solicitados na recepção que se encontra no térreo, sendo assim, depreende-se que um número mais restrito acesse este ambiente. E os andares acima, destinam-se apenas aos moradores, que também tem seu aspecto comunitário graduado pela arquitetura do ambiente.

A Universidade de Lisboa, trabalha a multifuncionalidade de maneira diferente, graduando também os espaços públicos e privados, mas não através dos andares e sim, dos "espaços válvulas" que serão comentados mais adiante (Figura 19).

Figura 19 – Fragmentação dos espaços.

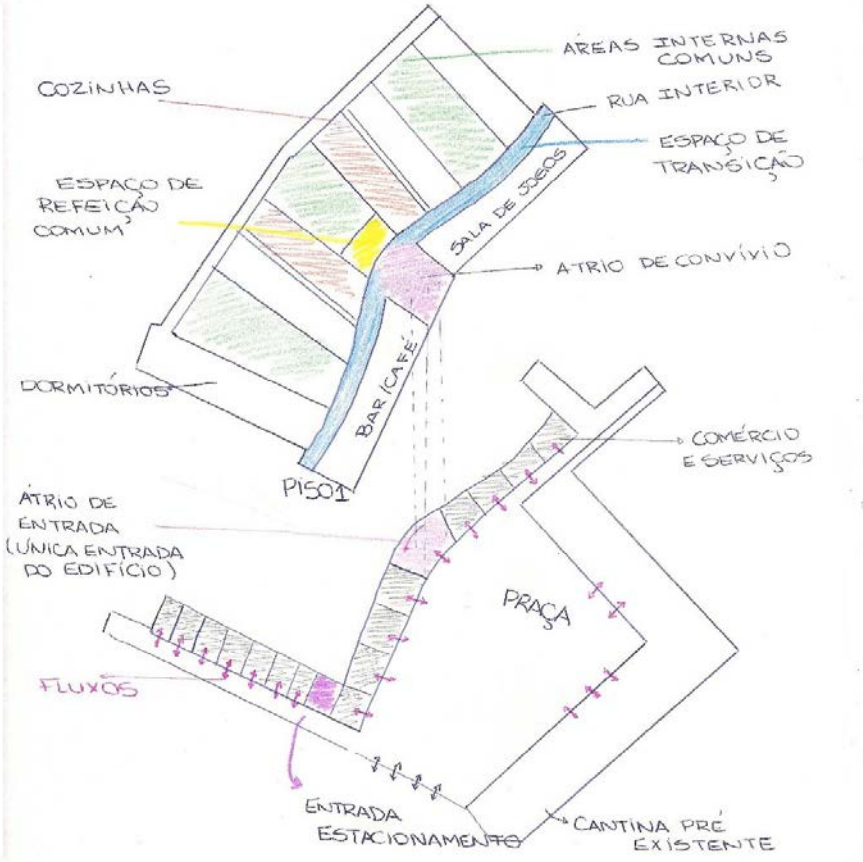


Fonte - BOTELHO, S, 2011 – Modificado pela autora.

[24]Disponível em: <http://www.archdaily.com/321445/university-of-southern-denmark-student-housing-winning-proposal-c-f-moller-architects/> Acesso em: 15 maio 2014

Diferentemente do projeto apresentado acima, o da Universidade de Lisboa (Figura 20) e da Universidade de Washington (Figura 21), não contam apenas com serviços, mas também com o comércio, gerando ainda um maior fluxo de pessoas no espaço, mais uma vez contribuindo com a vitalidade.

Figura 20 – Divisão física do projeto



Fonte – Elaborado pela autora

[25]Disponível em: http://www.archdaily.com/308322/student-accommodation-somerville-college-niall-mc-laughlin-architects/ Acesso em: 20 maio 2014

[26]Disponível em: http://www.archdaily.com/308322/student-accommodation-somerville-college-niall-mc-laughlin-architects/ Acesso em: 20 maio 2014

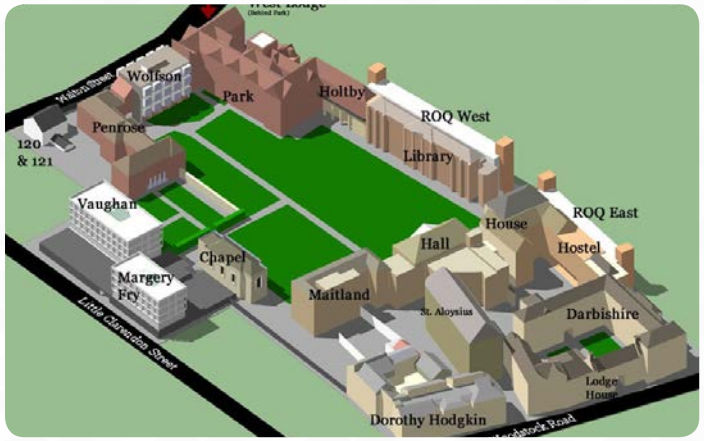
Figura 21 – Mercado interno ao edifício.



Fonte – Archdaily[25]

Já universidade de Oxford, apresenta uma monofunção no que diz respeito à moradia estudantil, entretanto, o perímetro da praça da Universidade, conta com alguns equipamentos (Figura 22) como biblioteca, estacionamento, capela, por exemplo, possibilitando uma certa vitalidade.

Figura 22 – Equipamentos no entorno da praça.t



Fonte – Archdaily[26]– Modificado pela autora

A Privacidade

Residência Estudantil
Universidade Politécnica da Catalunha





Residência Estudantil
Universidade do Sul da Dinamarca



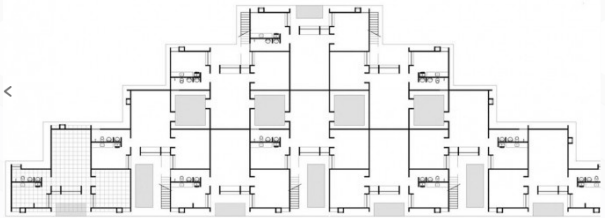


Residência Estudantil Somerville
College - Universidade de Oxford





Residência Estudantil
Universidade Politécnica da Catalunha





Residência Estudantil
Universidade do Sul da Dinamarca





Residência Estudantil Somerville
College - Universidade de Oxford





3.1.3 A Privacidade

A privacidade é uma necessidade, e existe uma série de experiências que não precisam ocorrer apenas no espaço privado. Tal espaço deve ser graduado para que cada tipo de experiência possa se desenvolver por si mesma, em condições especiais claramente definidas e fisicamente separada uma das outras.

Na Universidade de Campinas, Joan Villá projetou as residências como sobrados, e os mesmos agrupados de maneira geminada. Mas ainda assim, conseguiu garantir a gradação dos espaços privados. Cada casa possui sua entrada própria, e por comportar uma determinada quantidade de estudantes, optou por separar as áreas mais comuns no térreo e as que necessitam de maior privacidade (dormitórios) no primeiro pavimento (Figura 23). Trabalhando de maneira simples e eficaz a privacidade do ambiente.

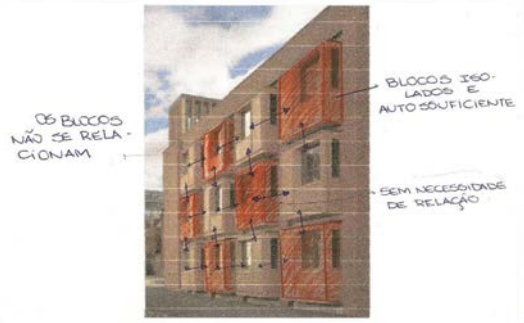
Figura 23 – Escada como responsável pela gradação da privacidade.



Fonte – Vitruvius[27], Modificado pela autora

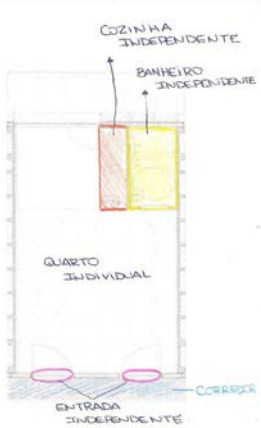
A Universidade de Oxford, já delimita nitidamente o que é privado e não estabelece área comum entre os ambientes, a não ser pela escada que é acesso de todos. Aqui parece que o estudante não tem contato com seu vizinho. Cada bloco de residência é independente (Figura 24) e não se relaciona com o outro. O mesmo pode ser observado com a Universidade da Catalunha, onde cada dormitório é individual (Figura 25) e não possibilita contato com o dormitório ao lado, a não ser pelo corredor e pátio comunitário, que obriga a passagem de todos por ali, mas não necessariamente, fixa a permanência. Algumas atividades que poderiam ser feitas de maneira pouco mais comunitária, são feitas apenas pelo morador de cada dormitório individualmente, inexistindo relações interpessoais.

Figura 24 – "Caixas Isoladas"



Fonte – Archdaily[28], Modificado pela autora

Figura 25 – Dormitórios Independentes



Fonte – Archdaily[29], Modificado pela autora

[27]Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/13.154/4895> Acesso em 25 set. 2014

[28]Disponível em: http://www.archdaily.com/308322/student-accommodation-somerville-college-niall-mc-laughlin-architects/ Acesso em: 20 maio 2014

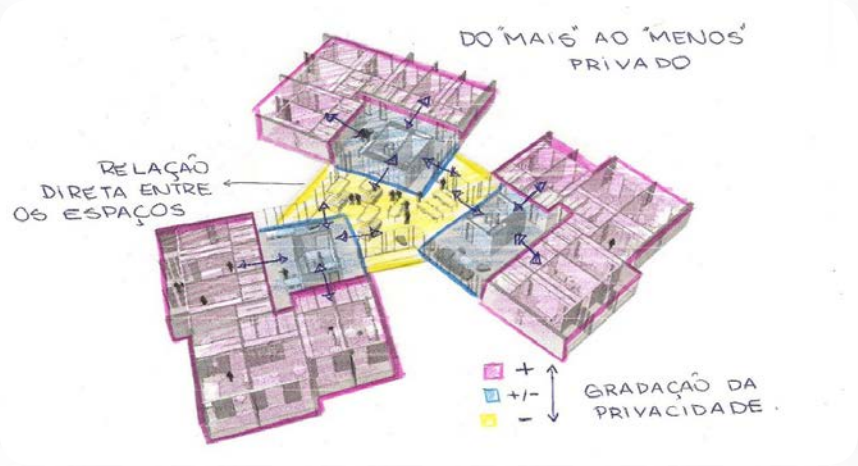
[29]http://www.archdaily.com/327868/student-housing-universitat-politecnica-de-catalunya-h-arquitectes-dataae/ Acesso em: 22 maio 2014

As Universidades de Washington e do Sul da Dinamarca, trabalham a privacidade através dos andares da edificação. A partir do segundo pavimento, a edificação detém de uma maior privacidade para os estudantes que ali residem. Entretanto a privacidade deve ser trabalhada também, entre os próprios moradores, só que de maneira gradual (Figura 26).

A Universidade de Washington, possui quartos amplos para duas pessoas, e alguns ambientes são semiprivados, por não serem necessariamente utilizados individualmente, como a cozinha ou a lavanderia por exemplo, que não são utilizadas por todos, mas por um número maior de pessoas. E assim, o ambiente vai se graduando de uma maior quantidade de usuários para uma menor. O contato com o outro se dá de maneira imperceptível, e nem um pouco forçada, estimulando a interação social. Como já dito, o mesmo ocorre com a Universidade do Sul da Dinamarca, que estrutura a gradação da privacidade do edifício de mais ainda mais elaborada, com mais níveis de espaços semiprivados. Aqui, existe os dormitórios individuais, cada qual com seu banheiro, mas cada uma das torres, concentram espaços comuns de interação, e além disso, um espaço ainda maior, comunitário entre as três torres. Cada dormitório, conta com uma varanda privativa, mas que tem contato visual com a varanda vizinha. Estas que também possuem função ambiental, onde o sombreamento ajudar a controlar o ganho solar, contribuindo para uma economia significativa em energia de refrigeração.

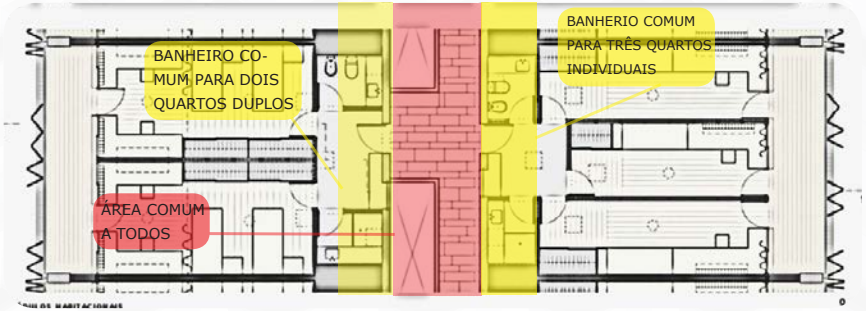
A Universidade de Lisboa, também se assemelha com as duas universidades apresentadas acima, contudo, os dormitórios desse projeto, apresentam variações podendo ser individual ou duplos, graduando (Figura 27) ainda mais a privacidade do ambiente. Aqui também se divide não somente a cozinha, mas inclusive os banheiros.

Figura 26 – Gradação da Privacidade



Fonte – Archdaily[30], Modificado pela autora

Figura 27 – Setorização do Edifíciot



Fonte – BOTELHO, S, 2011 – Modificado pela autora.

[30]Disponível em: <http://www.archdaily.com/321445/university-of-southern-denmark-student-housing-winning-proposal-c-f-moller-architects/> Acesso em: 15 maio 2014

O Comunitário

Residência Estudantil
Universidade Politécnica da Catalunha





Residência Estudantil
Universidade do Sul da Dinamarca





Residência Estudantil Somerville
College - Universidade de Oxford

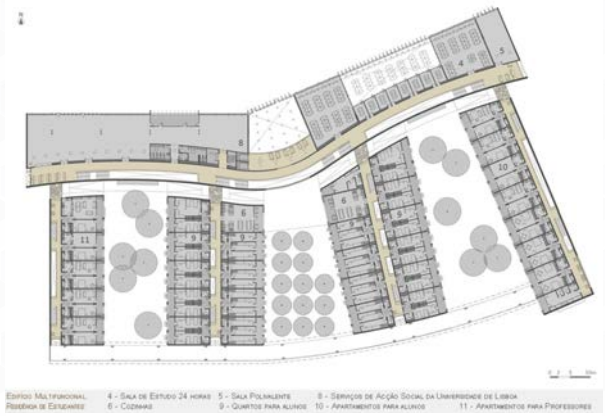




Residência Estudantil
Universidade Politécnica da Catalunha

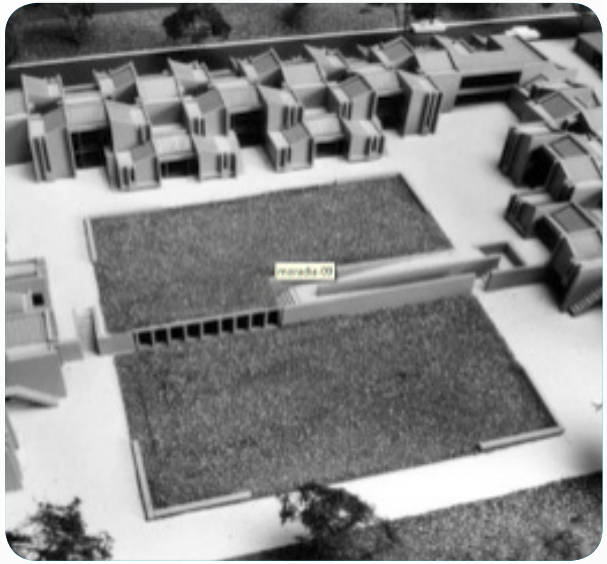


Residência Estudantil
Universidade do Sul da Dinamarca



Residência Estudantil Somerville
College - Universidade de Oxford









3.1.4 O Comunitário

O comunitário, é o conceito entre o individual (isolamento) e o coletivo (a sociedade como um todo), sendo assim, também possui diferentes gradações: os semi-privados, que já fora exemplificado em partes acima, e os semi-públicos.

A Universidade da Catalunha apresenta um único espaço semiprivado (Figura 28). O projeto, tenta valorizar o espirito de comunidade dentro do edifício, com um pátio interno. O que pode ser questionado, pois o mesmo não apresenta nenhuma infraestrutura que torne o ambiente mais atrativo. De qualquer maneira é um local de passagem, que possibilita encontros, pois obrigatoriamente, todos os moradores devem passar por ele.

Figura 28 – Único pátio interno.



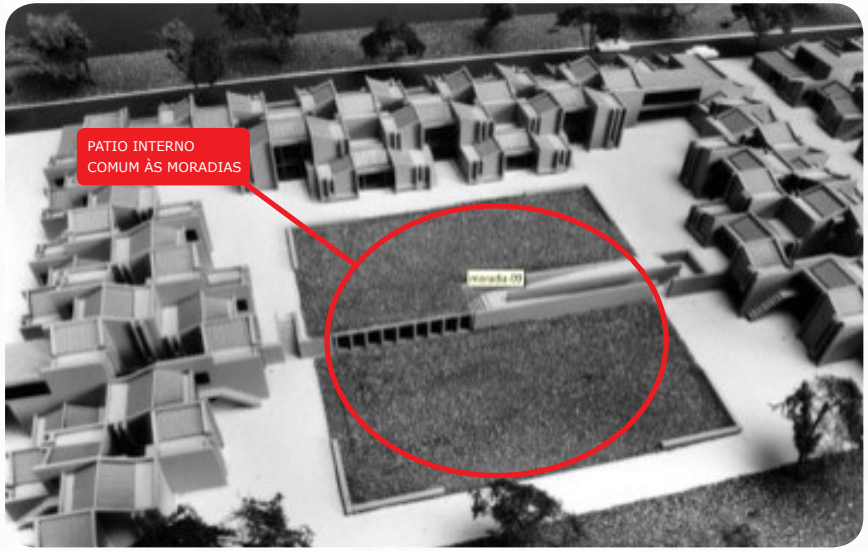
Fonte - Archdaily[31], Modificado pela autora

Este projeto, bem como o da Universidade de Oxford, não apresenta espaços objetivos que graduam o edifício e a rua. Inclusive a Universidade de Oxford, não possui em sua moradia, nenhuma infraestrutura que estimule o contato social. É da casa para a rua. O único ambiente que podemos chamar de comunitário é a praça interna sem nenhum equipamento nela (nem mesmo uma vegetação que promova sombra), que se forma com a disposição da própria universidade, elemento este que já fora analisado acima. As escadas e o corredor estreito são os únicos que possibilitam um encontro para os que ali residem. Entretanto, pode-se fazer uma análise de cada moradia, que se volta inteiramente para a rua, possibilitando que ao ver alguém conhecido, o residente saia para se relacionar. Todavia, essas questões são subjetivas, e os espaços físicos não cooperam para esse estímulo.

A Universidade de Campinas não teve preocupação, assim como a de Oxford e da Catalunha, em relacionar a moradia com a cidade em geral. Contudo, foi projetada para que tivesse um grande contato social com os usuários do espaço, dispondo todas as casas voltadas para pátios internos (Figura 29), possibilitando um visual de todos os seus vizinhos, permitindo com que os mesmos possam se relacionar. A moradia estudantil de Campinas conta com grandes parques, pequenos recintos arborizados para reunir-se a comer ou estudar, ruas para pedestres e pátios comunitários, terraços em cada unidade, além de muitos metros quadrados dedicados a usos comunitários da residência. Além disso tem como qualidades ambientais do espaço aberto, "os pátios e parques que vão se abrindo em perspectiva e em diagonal, de maneira que esta arquitetura moderna, abstrata e de tecnologia de tijolo, evoca as composições clássicas e a harmonia do Renascimento" (MONTANER, 1992).

[31]http://www.archdaily.com/327868/student-housing-universitat-politecnica-de-catalunya-h-arquitectes-dataae/ Acesso em: 22 maio 2014

Figura 29 –

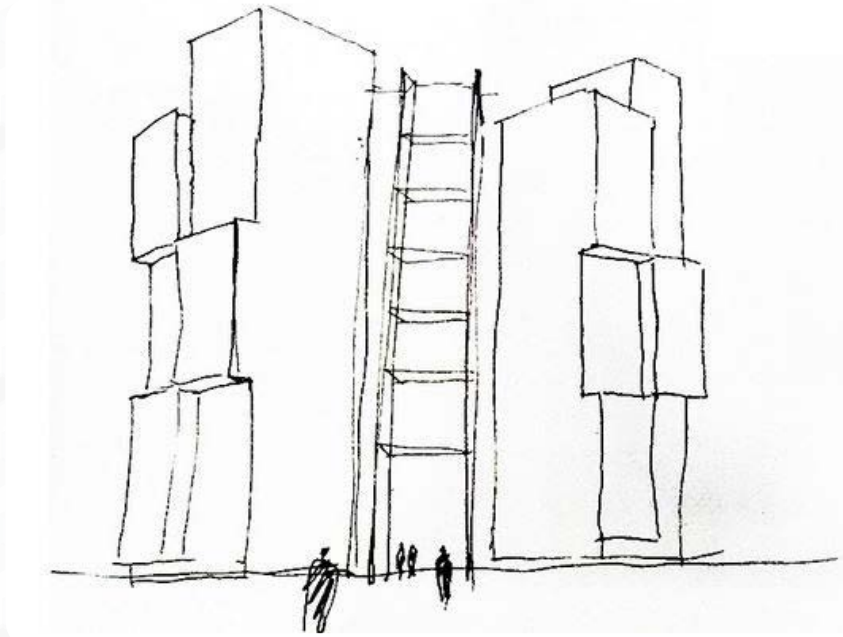


Fonte – Vitruvius[32], Modificado pela autora.

Já as outras três universidades, trabalham de forma mais elaborada o sentido de comunidade dentro e fora do edifício, se preocupando não apenas com as relações internas como apresentado acima, mas também com a relação direta com a cidade e todo o contexto urbano.

A Universidade do Sul da Dinamarca, trabalha de maneira espetacular os espaços semiprivados dentro do edifício, como já fora apresentado acima. A graduação do nível de privacidade, é feita de maneira tão inteligente que os espaços de transição são passagens obrigatórias e convidativas, ampliando as possibilidades de contato social tanto entre os moradores da mesma torre, quanto de todo o complexo. O edifício por si só já é atraente ao público externo (Figura 30), e os diversos espaços possíveis à permanência, como o espelho d'agua, a disposição da vegetação, os equipamentos, e principalmente a multifuncionalidade nele presente, são infraestruturas capazes de atrair não só os moradores, mas toda a comunidade local, e qualquer pessoa que por ali passe.

Figura 30 – Croqui do edifício que se torna atrativo.



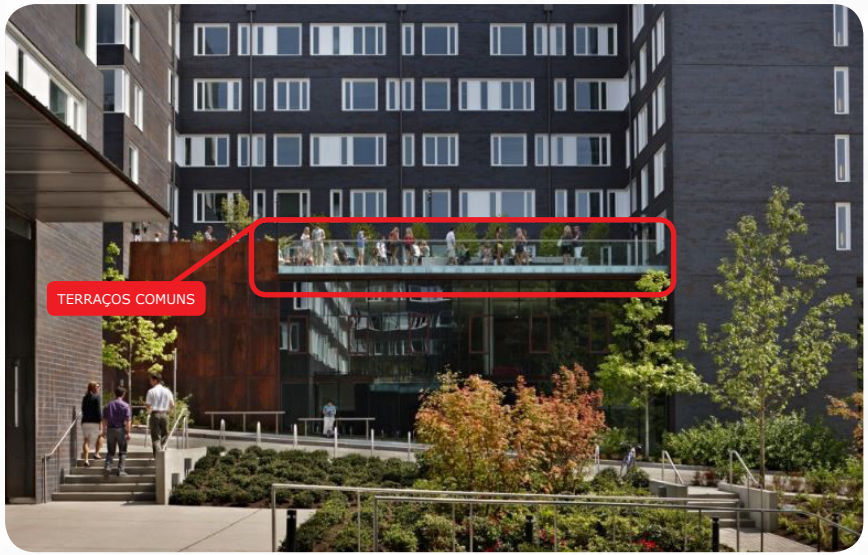
Fonte – Archdaily[33]

[32]Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/13.154/4895> Acesso em 25 set. 2014

[33]Disponível em: <http://www.archdaily.com/321445/university-of-southern-denmark-student-housing-winning-proposal-c-f-moller-architects/> Acesso em: 15 maio 2014

A Universidade de Washington, segue os mesmos preceitos da Universidade do Sul da Dinamarca, tanto nos espaços semiprivados, já analisados, mas principalmente no que diz respeito aos espaços semipúblicos. A multifuncionalidade é um fator determinante pra a atração da comunidade local. Os terraços (Figura 31), os espaços verdes e de convivência estimulam totalmente a permanência no ambiente.

Figura 31 – Terraços Comunitários



Fonte – Archdaily[34], Modificado pela autora

E por fim, mas não menos interessante a Universidade de Lisboa, onde a gradação da privacidade se dá desde os quartos (duplos ou individuais), passando pelo banheiro, que é dividido entre dois ou três quartos, até as cozinhas que são divididas por um grupo maior de habitantes, até atingir os pátios comuns entre cada bloco (Figura 32). A multifuncionalidade do edifício, bem como a praça, gradua os espaços públicos.

Figura 32 – Divisão do Edifício



Fonte – BOTELHO, S, 2011

[34]Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/01-139009/moradia-estudantil-west-campus-mahlum-architects> Acesso em 28 maio 2014.

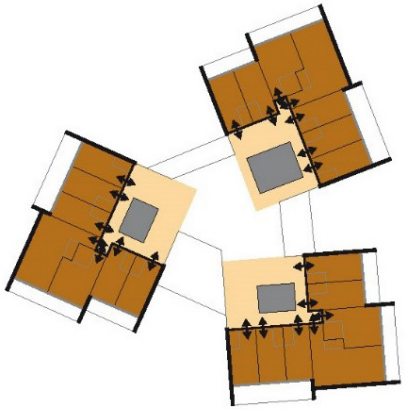
Espaços de Transição

Residência Estudantil
Universidade Politécnica da Catalunha

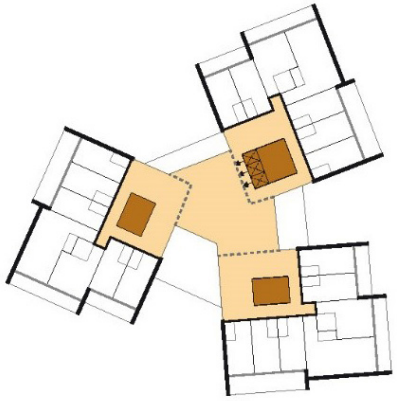




Residência Estudantil
Universidade do Sul da Dinamarca

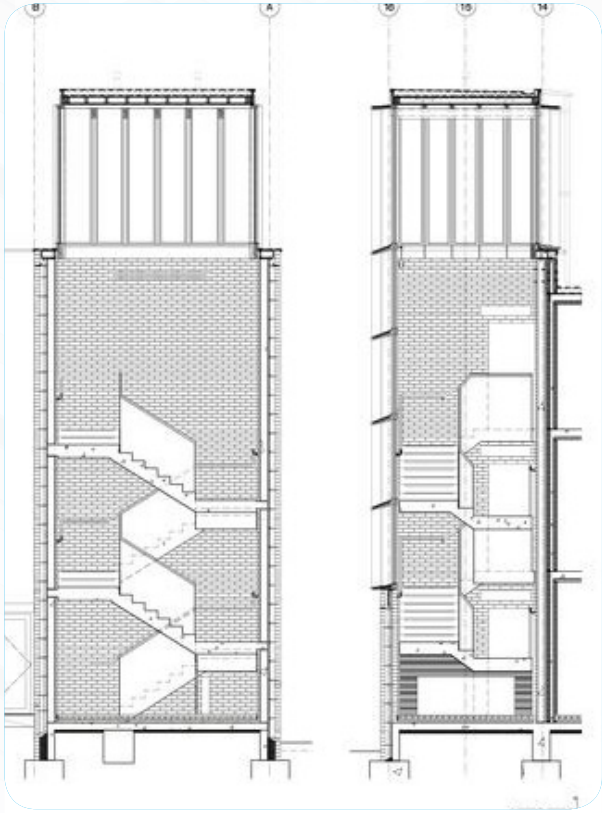


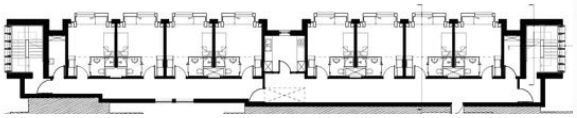
Rooms are clustered into three small-scale units



Shared common spaces in each unit and centre

Residência Estudantil Somerville
College - Universidade de Oxford





Moradia Estudantil
Universidade Estadual de Campinas





Centro Multifuncional e Residêncial de
Estudantes - Universidade de Lisboa





Residência Estudantil
Universidade de Washington





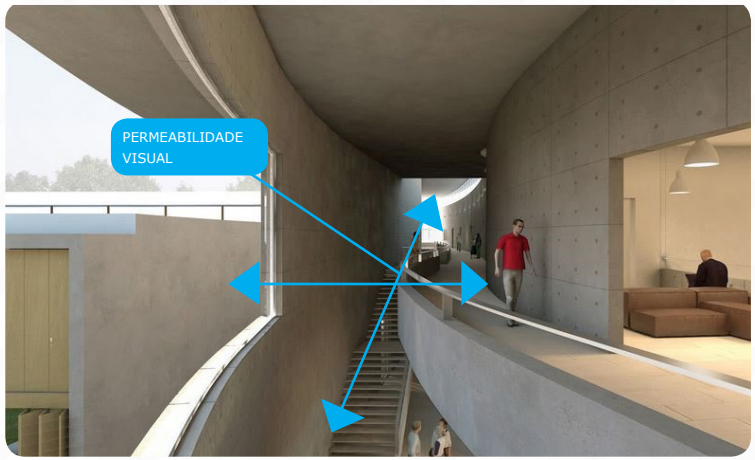
3.1.5 Espaços de Transição

São extremamente necessários espaços de transição adequados para que se possa obter uma relação entre os domínios públicos e privado, não permitindo uma mudança abrupta de ambiente. Mas, para o funcionamento desses espaços, é necessário que a intenção de contato a qual se pretende estabelecer, seja espontânea, com um quê de informalidade e um certo descompromisso, permitindo a interrupção do contato a qualquer momento. Isso é o que nos encoraja a prosseguir.

O projeto da Universidade de Lisboa foi elaborado a partir de todo um estudo sobre espaços de transição. Foi pensado exatamente para que as pessoas se sintam confortáveis a se relacionar. A praça é o maior dos espaços de transição presentes neste projeto, pois durante todo o dia ela é movimentada, seja pelos alunos, residentes, professores, ou mesmo por quem trabalha ou frequenta o centro multifuncional, este, que possui apenas uma única entrada, a partir de um átrio principal, que também é considerado um espaço que permuta o ambiente de maneira natural. Cada corredor, ou átrio, ou varanda, são espaços de transição entre cada ambiente, e os mesmos são trabalhados com janelas de vidro, permitindo a visualização das pessoas sobre o que acontece em cada espaço (Figura 33), seja ele mais comum, ou mais reservado, possibilitando a escolha/vontade de conviver (ou não).

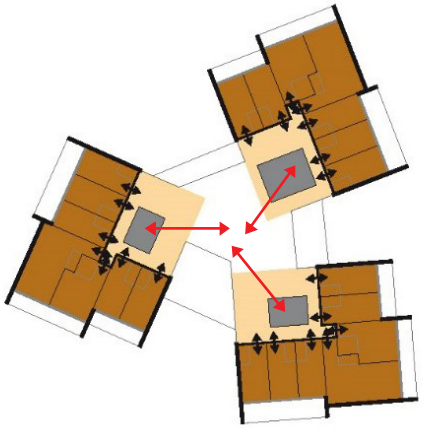
As Universidades do Sul da Dinamarca e de Washington, também trabalham amplamente os espaços de transição. Principalmente, no sentido de que, para sair de um espaço privado, o morador, obrigatoriamente, passa por espaços que graduam o comunitário, assim como é em Lisboa. Cada ambiente desses projetos, possui uma infraestrutura que permite com que o estudante simplesmente passe pelo local sem se relacionar, ou se aproprie do mesmo (Figura 34).

Figura 33 – Permeabilidade Visual nos Espaços de Transição



Fonte – BOTELHO, S, 2011, Modificado pela autor

Figura 34 – Relação Interna do Projeto



Fonte – Archdaily[35], Modificado pela autora

[35]Disponível em: <http://www.archdaily.com/321445/university-of-southern-denmark-student-housing-winning-proposal-c-f-moller-architects/> Acesso em: 15 maio 2014

O projeto da Universidade de Washington, além dos espaços internos aos edifícios, possui outros grandes espaços de transição externos que não se concentram apenas em um único edifício, pois o mesmo tem sua implantação disposta em várias quadras próximas, criando um percurso agradável (Figura 35), com inúmeras possibilidades de convívio tanto para os moradores, quando para a comunidade.

Figura 35 – Percursos diversos.



Fonte - Fonte – Archdaily[36], Modificado pela autora.

Já proposta da Dinamarca, mesmo que em um único edifício, conta com salas de convívio, cozinhas comunitárias, terraços, ou seja, espaços de transição que são obrigatórios entre os ambientes, mas, com funcionalidades necessárias dentro deles, o que estimula o contato social de quem os utiliza.

Um outro fator importante a ser analisado, é que este projeto não apresenta corredores, este, que é um espaço de transição, mas que tradicionalmente, é apenas um lugar de passagem, não atraindo necessariamente para o convívio. É exatamente assim, que ocorre na universidade da Catalunha, que possui entre cada dormitório, apenas um corredor de passagem que leva o estudante para o pátio comum. Contudo, tais corredores, não são trabalhados com uma infraestrutura confortável e convidativa, como acontece na universidade de Lisboa. São corredores tradicionais, que permitem o encontro, mas não necessariamente fixam permanência.

Figura 36 – Passarela e Escada como espaço de transição no pátio.



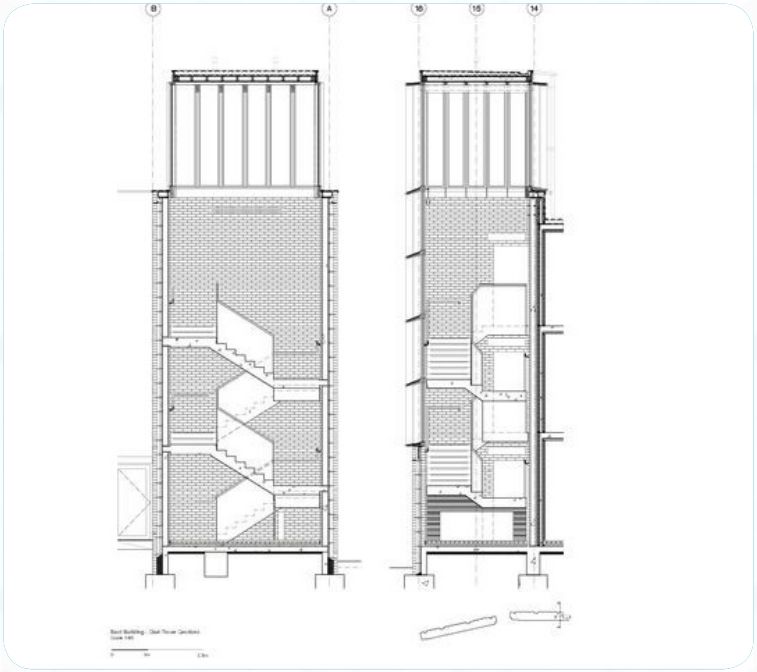
Fonte – Archdaily[37].

[36]Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/01-139009/moradia-estudantil-west-campus-mahlum-architects> Acesso em 28 maio 2014.
[37]Disponível em: http://www.archdaily.com/327868/student-housing-universitat-politecnica-de-catalunya-h-arquitectes-dataae/ Acesso em: 22 maio 2014

A Universidade de Campinas, trabalha os espaços de transição interno de maneira magnífica: com terraços, pátios de diferentes tamanhos, com níveis, passarelas, estimulando o convívio por onde se passa dentro do complexo residencial estudantil. Entretanto assim, como Oxford, não trabalha a transição para a rua, obtendo uma certa dificuldade de relação com a cidade.

Oxford inclusive, trabalha a transição interna (Figura 37) apenas com um corredor e escada estreita, dificultando as relações interpessoais entre os moradores.

Figura 37 – "Caixa de escadas como único espaço de transição interno ao edifício



Fonte – Archdaily[38]

3.2 Considerações Finais

Com base nas análises feitas, a partir das matrizes, ficou claro como cada projeto urbanístico e arquitetônico, se preocupou (ou não) em introduzir elementos tão fundamentais à criação de espaços de qualidade para o ambiente urbano. Cada projeto trabalhou de maneira diferente os conceitos apresentados.

Todavia, depreende-se de toda a análise feita, e de acordo com os objetivos propostos, que mais do que qualquer fachada, ou mais do que qualquer estética, o que mais interessa e desperta a atenção das pessoas são as atividades humanas. Portanto, se mostrou mais vital os projetos, que agregam outras funções em seu espaço, que não seja apenas moradia, bem como os projetos que permitem maior visibilidade a tais atividades humanas.

> "Se há muita gente, ou se está a passar-se algo, a tendência é que se incorporem mais pessoas e acontecimentos, e as atividades crescer tanto em extensão como em duração (...). Passa-se algo porque se passa algo. " (GEHL, p. 83)

Contudo, à integração dessas funções, necessitam de espaços de transição bem trabalhados, que incentivam a passagem do usuário pelo ambiente graduando a privacidade dos mesmos, incentivando assim, o sentido de comunidade, contribuindo com maior qualidade do espaço urbano. Pode-se notar que as ideias de corredores e varandas, considerados tradicionalmente espaços de transição, recebem novas formas e funções em alguns dos projetos apresentados, agregando vitalidade ao ambiente.

Enfim, é fundamental que se trabalhe de forma gradativa os extremos público e privado, estimulando assim, o contato social não só entre os usuários, mas também contribuindo para o espirito de comunidade atualmente hoje tão esquecido.

[38]Disponível em: http://www.archdaily.com/308322/student-accommodation-somerville-college-niall-mc-laughlin-architects/ Acesso em: 20 maio 2014

O Contexto



CAPÍTULO IV

4.1 Escolha do Terreno

Antes de qualquer estudo relacionado à área de intervenção (próxima a universidade) ou a cidade de Mogi das Cruzes, optou-se por estabelecer a escolha do terreno, através de uma tabulação de pontos.

Primeiramente foram escolhidos três possíveis terrenos, próximos a universidade em questão, conforme ilustra a imagem de satélite abaixo (Figura 38).

Figura 38 – Possíveis áreas para a implantação do projeto.



Fonte – Google Earth, 2013. Modificado pela autora.

Foi agregado a tais terrenos uma série de valores, considerados fundamentais para um bom desenvolvimento do projeto, são eles:

- Localização: Proximidade com o Shopping, Supermercados, Hospital, etc.
- Proximidade com a UMC: Proximidade com a Universidade de Mogi das Cruzes
- Mobilidade: Estar próximo a pontos de ônibus, trem, fácil acesso ao centro, etc.
- Preço da Terra: os custos do terreno;
- Tamanho do Terreno: A melhor área que comporte as necessidades do equipamento, sem sobrar espaços;
- Topografia: Declividade favorável ou não do Terreno, de acordo com as necessidades do Equipamento;
- Acesso: Fácil acesso ao equipamento, seja por carro, trem, ônibus, rodovias, e etc.

A partir de tais características do terreno, estabeleceu-se uma pontuação, que varia na escala de um (1) a três (3), onde três seria a melhor opção para àquele valor agregado, um, a pior, e dois um valor médio (Tabela 1).

Tabela 1 - Tabulação de Pontos para Escolha do Terreno

Requisitos	Área 1	Área 2	Área 3
Localização	2	3	3
Proximidade	3	2	1
Mobilidade	3	2	2
Preço da Terra	3	3	3
Formato do Terreno	1	3	2
Tamanho	1	3	3
Topografia	3	3	3
Acesso	1	3	1
Total	17	22	18

Fonte: Elaborada pela autora

A partir da contagem de pontos, estabeleceu-se que à Área 2 é a melhor opção para a implantação do equipamento proposto.

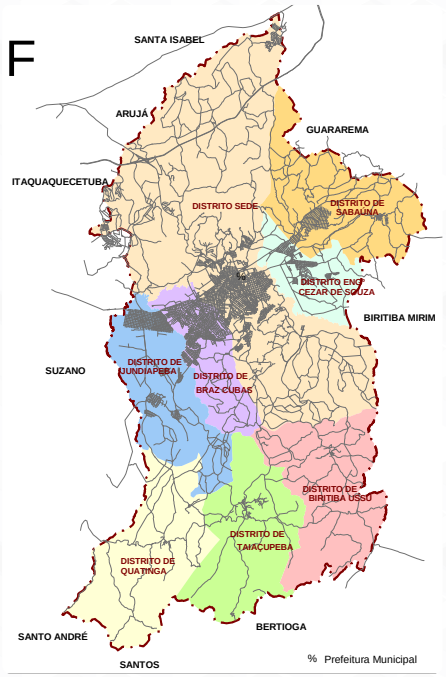
4.2 Análises Morfológicas

4.2.1 Mogi das Cruzes

Já foi apresentado um panorama geral sobre a cidade de Mogi das Cruzes e após conhecer seu histórico e suas principais características socioeconômicas, é valido ressaltar nesta etapa, suas características morfológicas mais relevantes.

O município é dividido em 8 distritos (Figura 39), a fim de ser melhor administrado. São eles: Sede, Sabaúna, Taiaçupeba, Jundiapeba, Braz Cubas, Cezar de Souza, Biritiba Ussú, e Quatinga. O distrito Sede é o maior e está representado pela Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes.

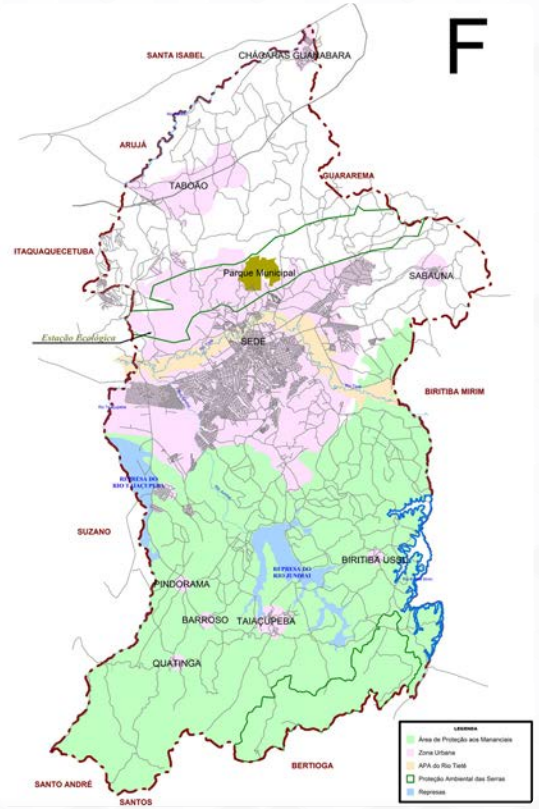
Figura 39 – Divisão Administrativa do Município



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes

É possível notar também através da Figura 40, que o município é compacto pois apresenta 65% de todo seu território preservado (Serras do Itapety e do Mar), o que não permite seu crescimento descontrolado.

Figura 39 – Divisão Administrativa do Município



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes

As Serras do Itapety e do Mar, são de grande importância para a cidade, primeiramente pois são reservas naturais completamente preservadas e de grande relevância ambiental. As Serras também, são o principal motivo para que se controle o crescimento desordenado da cidade, e por fim, mas não menos importante, elas configuram uma paisagem (Figura 41) de destaque no skyline do município.

Figura 41 – Skyline de Mogi das Cruzes



Fonte: Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes

Após conhecer a cidade como um todo, é necessário analisar mais a fundo, a área de estudo que compreende o terreno escolhido, a universidade de Mogi das Cruzes e seus os arredores.

4.2.2 Área de Estudo

A área que compreende o terreno escolhido, é repleta por uma infraestrutura diversa. O terminal rodoviário, a estação de trem, a perimetral, estão muito próximos ao terreno, tornando o mesmo, acessível. Hospital público, postos de atendimento, também se encontram nas proximidades, bem como outros equipamentos que podem ser observados na Figura 42 abaixo.

Figura 41 – Skyline de Mogi das Cruzes



Fonte: Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes

Legenda

1. Estação Ferroviária Mogi das Cruzes
2. Terminal Central
3. Calçadão
4. Mercadão
5. E.E Coronel Almeida
5. Teatro Vasquez
7. Santa Casa de Misericórdia
8. Bombeiros
9. Previdência Social
10. Prefeitura e Semae
11. Câmara dos Deputados
12. Fórum
13. Terminal Rodoviário e Parque Municipal
14. Estação Ferroviária Estudantes
15. Terminal Rodoviário
16. Universidade de Mogi das Cruzes
17. Hipermercado D'avó
18. Universidade Braz Cubas
20. Ginásio Municipal
21. Extra/Boi Nobre/ Dicico
22. Ciretran
23. Cobal
24. Pró Mulher
25. Santa Casa

Centro Histórico
Linha Férrea

Mogi das Cruzes é uma cidade de possui diversos acessos, sendo até considerada um município localizado estrategicamente. O mapa a seguir identifica a hierarquia de vias (Figura 43) da área que compreende o terreno escolhido. É possível verificar que local torna-se favorável devido aos diferentes acessos.

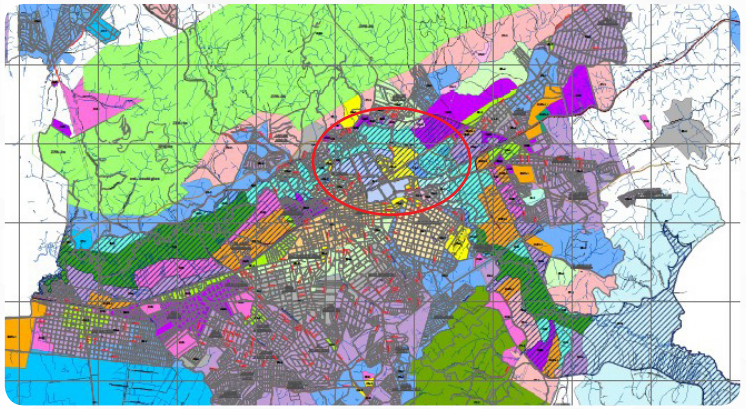
Figura 43 – Hierarquia de Vias



Fonte: Elaborado pela Autora

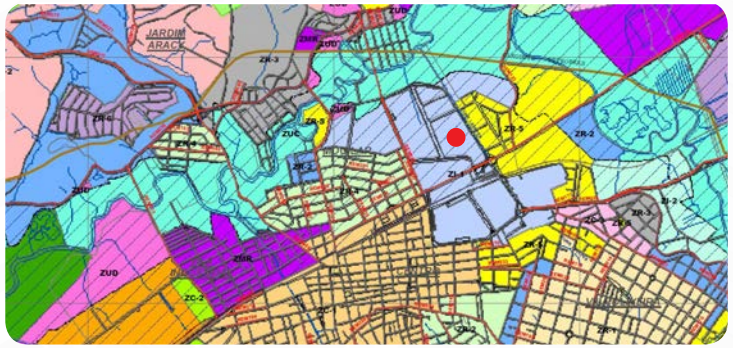
A área em questão, como já pode ser visto, compreende uma gama de equipamentos, que favorece ainda mais a escolha do local para a implantação do projeto proposto, local este, que se encontra, conforme a lei de zoneamento (Figura 44) do município, na Zona I-1 (Figura 45).

Figura 44 - Mapa de Zoneamento do Município de Mogi das Cruzes



Fonte – Arquivo da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes

Figura 45 - Detalhe do Zoneamento na Área de Intervenção



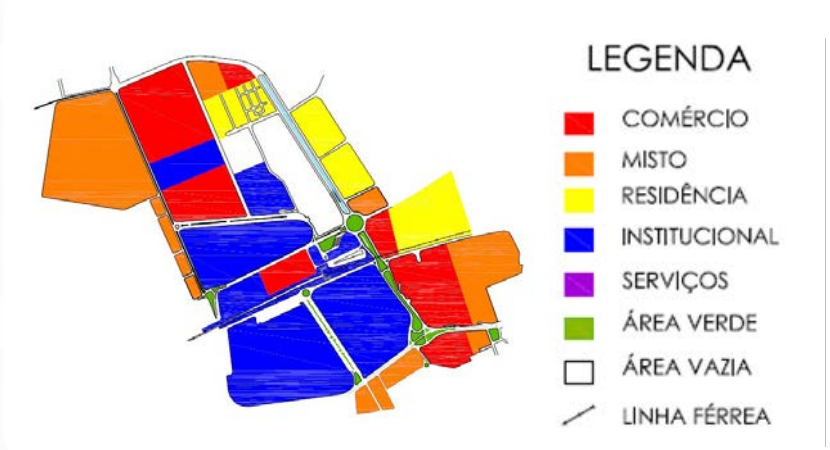
Fonte – Arquivo da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes

Terreno

Segundo a Lei de Zoneamento nº 2.683, de 16 de agosto de 1982, a ZI-1, comporta usos institucionais de perfil diversificado e usos residenciais, neste caso com restrições a categorias de menor porte, admitidos usos seletivos das categorias de comércio e serviços e especial. Portanto, se enquadra nas necessidades do objeto proposto.

A partir daí, fez-se um estudo do uso e ocupação predominante da área, a fim de verificar se o real corresponde ao previsto por lei. A Figura 46 abaixo, ilustra tal estudo.

Figura 46 - Levantamento de Uso e Ocupação



Fonte – Elaborado pela Autora

O levantamento comprova que a área compreende equipamentos de uso institucional, residencial e comercial de grande porte, estes que puderam ser verificados em campo.

Os índices urbanísticos da área podem ser observados a partir da Tabela 00 a seguir, retirada da própria Lei de Zoneamento, indicando que o coeficiente de aproveitamento é igual a 4, e o índice de elevação equivale a 10. Recuos frontal e lateral, são respectivamente 5m e 1,5m.

Zonas	Restrição de Uso		Restrição de Ocupação								
	Usos Permitidos		Usos Proibidos	Indices Urbanísticos			Parâmetros de Implantação				Tp(%)
				To(%)	Io	Ie	L.M (m^2)	Testada (m)	Recursos		
									Rf (m)	Rl (m)	Rd (m)
2I 1*	RES:	1,2,5(00.00.02),6,7,8,9,10	Todos os Demais	40	4,00	10	250	12,00	5,00	1,50	1,50	30
	COS:	1,3,4,5,7,8,9,13,14,15,16,19,20									
	NS:	1,2,3,4,5,6,7,8,9									
	ESP:	1.2,3.1,3.2,3.3,3.4,3.5,3.6,3.8,3.9,4.2, 4.3,4.4,7,1,7.2,7.3.1,7.6,8.1,8.2.1,8.2. 2,8.2.3,8.3.1,8.3.3.1,8.3.3.3,8.3.3.4,8. 3.3.5,8.3.4.2, 8.4.1, 8.4.2, 8.4.3,9,10									

O mapa de gabarito abaixo (Figura 47), demonstra o quanto a área é realmente verticalizada, comprovando o que os índices urbanísticos permitem.

Figura 38 – Possíveis áreas para a implantação do projeto.



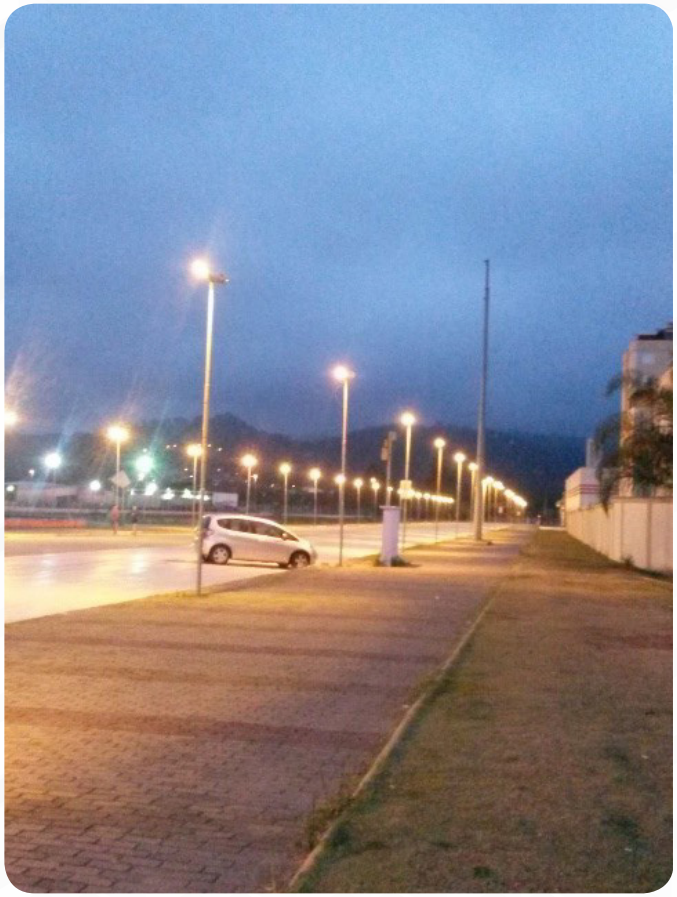
Fonte – Google Earth, 2013. Modificado pela autora.

Enfim, a partir de tais informações da área, é possível agora, fazer um levantamento mais minucioso do terreno em questão, possibilitado a partir dos levantamentos dos usos, gabaritos, zoneamento e estrutura viária. Dessa forma, será possível compreender também quais são os visuais, os fluxos, a insolação e ventilação, a topografia, que poderão ser valorizados na proposta.

4.2.3 O Terreno

O terreno está situado na Avenida Cívica da cidade de Mogi das Cruzes. Local que compreende a avenida mais iluminada, com calçadas (Figura 48) extremamente largas, contribuindo diretamente com a qualidade urbana do projeto.

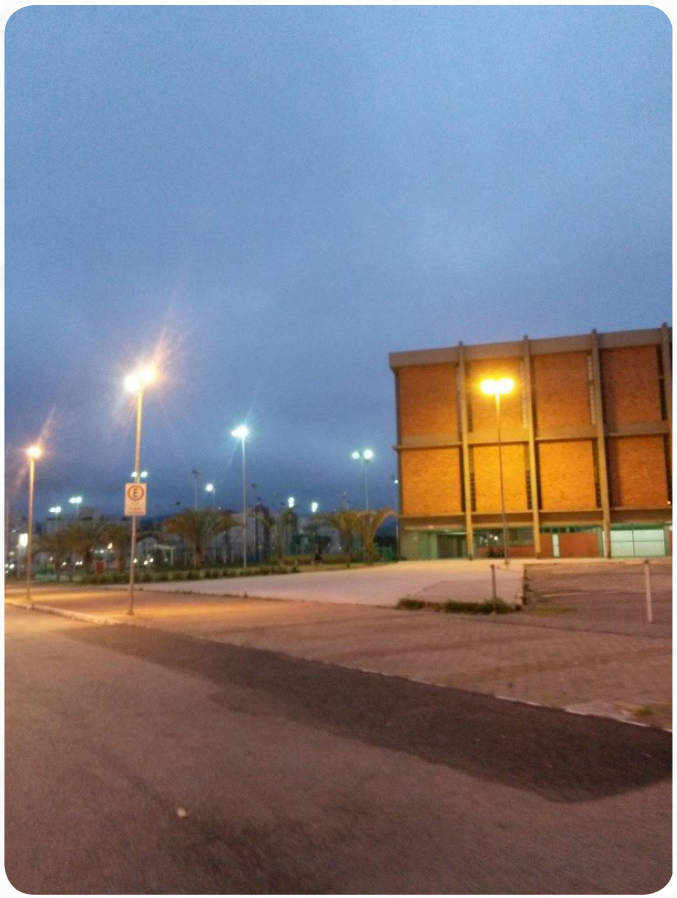
Figura 48 – Avenida Cívica



Fonte – Fotos da Autora

Vizinhos a ele, tem-se o Ginásio de Esportes da Cidade (Figura 49), uma pista de skate amplamente movimentada, uma academia da terceira idade (ATI), e um condomínio edilício.

Fonte 49 – Ginásio de Esportes



Fonte – Fotos da Autora

O terreno pode ser considerado praticamente plano, pois embora a prefeitura não tenha disponibilizado nenhum mapa topográfico da área, as leituras de campo, e um mapa físico que se encontra na sala do departamento de planejamento e urbanismo da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, permitiu confirmar tal fato. De acordo com o mapa, o levantamento, e conversas com alguns topógrafos da prefeitura, o terreno se encontra entre duas curvas de nível distantes, tendo baixíssima declividade.

Logo à frente do terreno também pode-se verificar um muro, agregando a paisagem uma enorme barreira visual. Bem como a rua lateral ao local de implantação, que apresenta-se fechada (Figura 50), dificultando um fluxo interessante que poderia haver no ambiente.

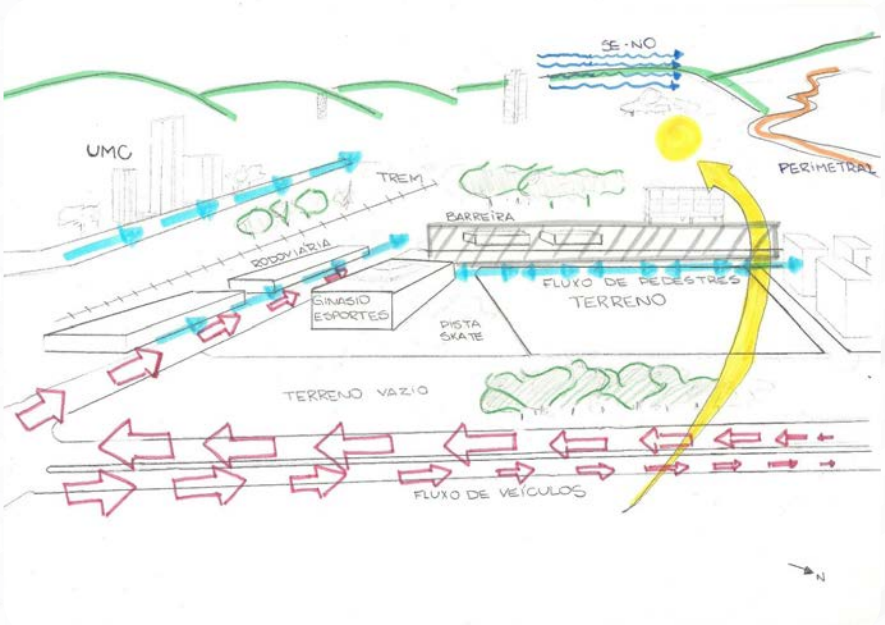
Figura 50 – Barreira para os Fluxos



Fonte – Fotos da Autora

Questões como insolação, ventilação, fluxo de veículos e pedestres, podem ser melhor observadas no croqui de estudo abaixo (Figura 51).

Figura 51 – Croqui com análises do terreno.



Fonte – Elaborado pela Autora

O Projeto

CAPÍTULO V

A partir de toda a problemática evidenciada, de todos os conceitos estudados, e de todos os levantamentos realizados, o projeto Vila Universitária traz como eixos norteadores para o seu desenvolvimento, a paisagem, a vitalidade, a multifuncionalidade, a urgência pelo comunitário, e a relação harmônica entre o público e o privado.

Quando falamos em PAISAGEM, a cidade em que o projeto se insere – Mogi das Cruzes –, é famosa por suas serras, e onde quer que estejamos, elas podem ser observadas. Sendo assim, marcado por este elemento natural tão presente, o projeto propõe níveis em seus edifícios, a fim de harmoniza-los com o ambiente. Era imprescindível que tal paisagem fosse valorizada, e as barreiras estabelecidas pelo mal planejamento urbano fossem quebradas, tornando o projeto visualmente relacionado com a malha urbana.

A VITALIDADE é um dos princípios mais marcantes na Vila Universitária, e foi através da busca por um terreno, próximo a Universidade em questão, com um zoneamento de uso e ocupação mais flexível, e com uma infraestrutura local favorável a concepção do projeto, que se conseguiu trabalhar os "olhos para a rua", criando um espaço permeável e zonas de estar, não somente para os usuários, mas para a comunidade local, aproveitando inclusive dos espaços pré existentes (calçadas largas, ampla iluminação, etc.).

A transparência e a permeabilidade, foram fundamentais para a concepção de um projeto 360º, acessível, e visível por todos os lados.





A MULTIFUNCIONALIDADE veio à agregar a vitalidade, tornando o espaço mais movimentado e convidativo, integrando-o ainda mais com a cidade. O edifício multifuncional, proporciona um maior contato social, atraindo uma considerável quantidade de pessoas, e com a concentração de diversas atividades, possibilita também uma maior utilização dos espaços e interações nas ruas, tornando os ambientes mais movimentados por diferentes propósitos e em diferentes horários, contribuindo diretamente para a vitalidade urbana. Por essas razões é que o edifício ganha maiores proporções, e integrado a moradia estudantil, pode ser observado de qualquer ponto do terreno, e com seu formato que se estende ao longo de quase toda diagonal do lugar, abraça uma Praça das Artes, contribuindo assim para a cultura local, o que será comentado mais adiante.

Tal relação entre os edifícios e a cidade, e cada comércio e serviço proposto no local, bem como os espaços de transição e culturais, todos compatíveis à vida acadêmica e às necessidades da comunidade, foram pensados a fim de URGIR O COMUNITÁRIO, de modo natural, diminuindo as distâncias a serem percorridas pelas pessoas, possibilitando maior pré-disposição das mesmas a realizarem os trajetos a pé, e tais percursos aumentam a chance de contatos. Dessa forma, torna-se mais harmônica a RELAÇÃO PÚBLICO E PRIVADO.





A partir de tais eixos norteadores, pode se estabelecer as diretrizes projetuais, que materializaram a proposta.

Primeiramente para garantir que o projeto se estendesse em 360º, a permeabilidade foi peça fundamental. Os edifícios que abrigam as moradias estudantis, posicionados de modo a terem vistas diversas à toda cidade, tiveram seus andarem diferenciados em extensão, e rotacionados, utilizando de vidro e quase todo seu perímetro. Os mesmos foram projetados sobre pilotis a fim não obstruir a visão do pedestre em qualquer que seja a extensão do projeto, e assim, permitir com que a passagem fosse livre.

Com o mesmo intuito, a parte multifuncional, com uma grande transparência, não tem frente ou fundo, possibilitando a passagem por dentro das lojas. O edifício multifuncional fora pensado com duas marquises, a fim de deixar a proposta mais permeável e leve, dando a possibilidade do usuário, adentrar a Vila de maneira espontânea, sem obrigatoriedade, pois o mesmo o enxerga por completo. A ideia é que em qualquer ponto, eu observo toda a extensão do projeto, e assim, decido se aproprio ou não do local.



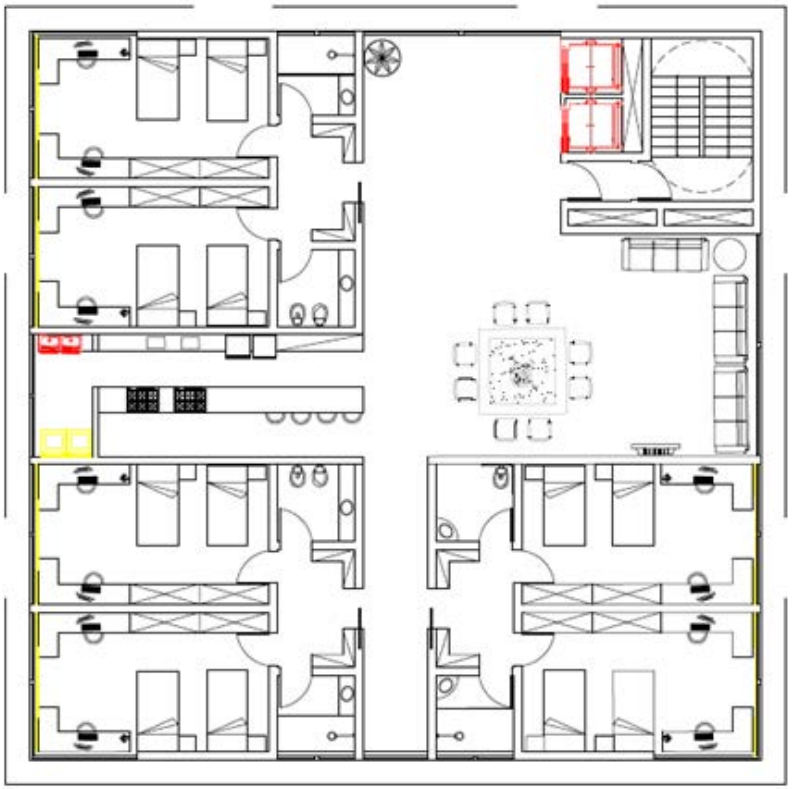


Tal espontaneidade, também se dá devido os vários espaços de transição trabalhados externa e internamente ao projeto. Os caminhos, a arquibancada, os bancos, os muros de arte, a própria marquise da parte multifuncional, os espaços culturais, os quiosques, e principalmente os diversos Parklet's, contribuem com a apropriação do espaço, com permanência do lugar e com convivência dos usuários.



Quanto à moradia estudantil, a planta fora pensada também de modo a preservar a privacidade dos moradores, mas também estimula-los ao contato social gradativamente, visto que os quartos são duplos, os banheiros divididos por 4 pessoas, e o restante dos espaços comuns, compartilhado entre todos os moradores de cada andar.

Pavimento Tipo



O primeiro andar de cada edifício também é compartilhado, através de salas de estudo, dos escritórios comuns e dos centros acadêmicos, estes, que por serem extremamente sólidos, tradicionais, rentáveis e autônomos, ganham espaços no projeto e norteiam a vida acadêmica da vila e a organização do espaço.



A praça das artes, foi pensada devido a carência cultural da cidade, a grande quantidade de cursos artísticos na universidade que não possuem espaço para desenvolver e apresentar seus trabalhos. Sua arquibancada, muros de artes, espaços de contemplação e lazer, a transformam num local convidativo e rico em possibilidades de apropriação. A praça estende sua cultura para o edifício multifuncional, que concentra em suas extremidades as salas expositivas, cinema, e auditório.

Implantação



Considerações Finais

ALGUNS DETALHES PROJETUAIS

A fim de garantir conforto térmico e luminoso ao projeto, os vidros dos edifícios habitacionais são duplos, e todos os quartos possuem vedação em madeira a parte. O restante das áreas comuns conta com ventilação cruzada e iluminação natural. Os vidros são móveis em sua parte superior, e fixos no inferior, além de serem temperados.

Às fachadas oeste, propõe-se brises feito com telas e vegetação, contribuindo ainda mais com a relação com as serras.

Ainda internamente ao edifício, a caixa de elevadores e escadas, fora projetada e maneira acessível, seguindo às regras de combate a incêndio. Quanto à parte hidráulica e elétrica, os shafts se tornaram a melhor solução, devido aos giros dos edifícios.

Já na parte externa, a vegetação agrega valor ao espaço, e todos os ambientes de permanência contam com sombra natural. Devido à proximidade com o ginásio de esportes da cidade, o estacionamento é alocado mais próximo a ele, repleto de uma vegetação mais densa, contribuindo com o conforto acústico, bem como o piso de concregrama. Todo restante da pavimentação é feito com pisos intertravados, garantindo a permeabilidade do local.

Quanto à acessibilidade, alguns andares contam com quartos acessíveis, e todos os espaços comuns, e públicos, contam com os giros do cadeirante, bem como rampas com inclinação adequada.

É fato que a maioria dos estudantes advindos de ensino básico público, cursam o ensino superior em universidades particulares, principalmente através de programas de ação afirmativa. É fato também que por falta de assistência, e de condições para garantir sua permanência, tais estudantes resultam em uma grande evasão dentro dessas universidades.

A cidade de Mogi das Cruzes, em sua principal Universidade, conta com tal problemática, e para agravar ainda mais a situação, o município não dispõe de habitações específicas fragilizando ainda mais a permanência desses alunos.

Uma moradia estudantil, requer não só um espaço de qualidade, mas uma grande interação social, entretanto, a qualidade do ambiente urbano em geral, está cada vez pior e mais sem vida. Parece que o sentimento de isolamento está se proliferando e a cidade vem perdendo vitalidade. As relações entre o público e o privado estão cada vez menos harmônicas.

Sendo assim, é necessário que, a partir de todas as problemáticas sociais apresentadas, e de todos os conceitos para um espaço urbano de qualidade estudados, se projete um espaço físico, que supra as necessidades do alunado em questão, e da comunidade local, buscando sempre, as melhores alternativas, dentro da arquitetura e do urbanismo, para se criar um espaço de excelência. E é por este motivo que a Vila Universitária fora criada.

Referências

ANDRÉS, A. Aspectos da Assistência Estudantil nas Universidades Brasileiras. In: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/7284/aspectos_assistencia_andres.pdf?sequence=3> Acesso em 01 out. 2013.

BARS, R. 3º Encontro Nacional de Prounistas Debate Aperfeiçoamento do Programa. União Nacional dos Estudantes. 2012. Disponível em: http://www.une.org.br/2013/05/3º-encontro-nacional-de-prounistas-debate-aperfeicoamento-do-programa/> Acesso em 02 out. 2013.

GEHL, J. Life between buildings: using public space. Washington, DC: Island Press, 2011.

GEHL, Jan – La humanizacion del Espaço Urbano. Barcelona. Editorial Reverté. 2006

HERTZBERGER, Herman – Lições de Arquitetura. São Paulo. Martins Fontes, 2006.

JACOBS, J. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. UNE anuncia mais uma conquista: Bolsa permanência para o cotista. 2012. Disponível em: <http://www.une.org.br/2013/05/une-anuncia-mais-uma-conquista-dos-estudantes-bolsa-permanencia-para-o-cotista> Acesso em 02 out. 2013.

G1 GLOBO. Educação. Disponível em:<http://g1.globo.com/educacao/noticia/
2012/09/maioria-faz-ensino-basico-em-escola-publica-e-faculdade-na-rede-particular.html> Acesso em 05 out. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Educação. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>- Acesso em 06 out. 2013.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Educação. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/ > Acesso em 06 out. 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Ações e Programas. 2013 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php> Acesso em 12 out. 2013.

SILVIA, V. Simbolismo e Simbiose. AU- Arquitetura e Urbanismo, abril de 2001 Disponível em: <http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/95/artigo23716-1.aspx. Acesso em 18/10/2013

ARCOWEB. Entre a Simbiose e o Marketing. 2010. Disponível em: <http://www.arcoweb.com.br/entrevista/kisho-kurokawa-entre-a-01-10-2000.html> Acesso em 18 out. 2013

PORTAL BRASIL. Cultura. Lei Rouanet. 2012. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cultura/2009/11/lei-rouanet> - Acesso em 19 out. 2013

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico: resultados preliminares - São Paulo. Rio de Janeiro,1982. v. 1, n. 4. (8º Recenseamento Geral do Brasil).

FERREIRA, Emilio A. Mogy das Cruzes: dados históricos e notas diversas –
1611-1935. [s.l.: s.n.] 1935.

SILVA, Dom Duarte Leopoldo da. Notas de história ecclesiástica. São Paulo:
Empresa Graphica da "Revista dos Tribunaes", 1937.

VASCONCELOS, N. Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. Pós.2010

ARANHA. Maria Lucia de A. História da Educação. 2. ed. São Paulo:
Moderna, 1996.

GADOTTI, Moacir. Concepção Dialética da Educação e educação Brasileira
Contemporânea. In: Educação e Sociedade. CEDES, n. 8. São
Paulo: Cortez, 1981.

GRINBERG, Isaac. História de Mogi das Cruzes. São Paulo: Saraiva, 1961.
FERREIRA, Emilio A. Mogy das Cruzes: dados históricos e notas diversas –
1611-1935. [s.l.: s.n.] 1935.
SILVA, Dom Duarte Leopoldo da. Notas de história ecclesiástica. São Paulo: Empresa Graphica da "Revista dos Tribunaes", 1937.

HANSON, J.; ZAKO, R. Communities of co-presence and surveillance: how public open space shapes awareness and behaviour in residential developments. **Proceedings of the 6th International Space Syntax Symposium**, 2007. Istambul.